

Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

***TROCAR OS POBRES PELOS RICOS: NARRATIVAS SOBRE O
REALOJAMENTO DO BAIRRO DO ALEIXO. UM ESTUDO EXPLORATÓRIO***

Alexandra Guimarães Fiães

Novembro 2020

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, orientada pelo Professor Doutor **José Luís Fernandes** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceptuais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Aleixo

“Eu tenho vista para o mar até isso me querem tirar eu não consigo acreditar que me estão a expulsar do bairro onde eu nasci/ do bairro onde eu cresci/ foi lá que me tornei a pessoa que hoje sou devido às lições que o meu bairro me proporcionou.

Dizem que dá má fama à cidade Invicta diz me quantos bairros não existem na Invicta e acredita não é só no Aleixo que se trafica.

Usam a droga como a desculpa p’a não terem a culpa da demolição/ da sua discriminação aos bairros sociais/ pra eles somos iguais/ um bando de marginais sem estudos/ sem cultura eu nem tenho cinto que me aperte na cintura

Ainda me vão tirar a casa tempos de infância como querem que eu fique ‘inda dê tolerância

Nos olhos deles nós perdemos o direito a ver desaguar o rio no oceano pois nós vivemos num bairro degradado não temos direito à vista é p’ra gente bonita para gente rica mas somos humanos como essa gente eles enchem-te o bolso por isso ficas contente. É essa a razão p’ra cagares p’ra multidão burros foram aqueles que te deram a votação que te deram a liderança também é verdade pesam a droga na balança

Aqui também há gente que se põe a pé às 5 da manhã p’a ganhar o ordenado mínimo p’ra construir um futuro melhor p’ro seu filho de hoje para amanhã

Acordo todos os dias com o vazio que me deixaste em 5 segundos apagaste a casa de muita gente a marca fica para sempre. Que dizes tu, da polícia abusar, das luzes apagar, de portas arrancar, a minha gente discriminar sem serem incriminados pois o Estado financia estes maus tratos.

Aleixo

Aleixo

Aleixo

Sejam bem-vindos ao Aleixo”

Buster (12/09/2013)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Professor Doutor Luís Fernandes por me ensinar que construir uma melodia é mais do que juntar ritmos e notas. Por me mostrar que o *caminho se faz caminhando* e por acreditar em mim desde o primeiro dia desta viagem até ao final da mesma. Por alimentar o sonho limando expectativas demasiado altas. Por todas as discussões que se concretizaram em verdadeiras aprendizagens que guardarei comigo. Sou grata.

Aos meus realojados, por toda a disponibilidade que demonstraram, por partilharem comigo esta vivência de forma tão honesta, genuína e ainda por me acolherem da forma mais desconfiada e simpática que conheço.

A todos os atores que se cruzaram comigo nesta viagem. Obrigada pelas vossas partilhas.

À minha família, por me ensinar a ser resiliente, pela paciência e por compreenderem as ausências.

Aos meus amigos dos subúrbios.

Aos meus amigos, Sílvia, Daniel e Vanessa por me ouvirem horas a fio.

À Mariana, à Mara e à Diana, por habitarem comigo este sonho. Sem vocês não teria a mesma piada.

Resumo

Em 2011, assistimos a uma operação de gestão urbana, na cidade do Porto que visou ser o princípio do fim do Bairro do Aleixo. Falamos da demolição de uma das torres que constituíam o Bairro e do Realojamento dos seus moradores em outros bairros da Cidade. Esta operação de gestão urbana foi bastante mediatizada, tendo corrido tinta antes e depois desta ação, dando conta do *cancro* que estava instaurado no Aleixo. Procurámos nesta dissertação despir-nos desses rótulos e, pautados por uma racionalidade fenomenológica, compreender como foi vivenciado o processo de Realojamento, pelos atores que dele foram alvo. Assim, situamo-nos além das imagens estereotipadas do bairro, pretendendo aceder às suas dinâmicas mais próprias, e ler o realojamento não somente como mudança de habitação, mas também como um fenómeno que impõe um corte espacial e relacional nas vivências habituais dos habitantes do Aleixo. Pretendemos, desta forma, conhecer o significado que é atribuído a quem vivenciou este processo de realojamento, e saber se existiu impacto psicológico com o mesmo. Encontrámos na metodologia qualitativa e na abordagem etnográfica ferramentas e métodos condizentes com o nosso objeto e com maior capacidade de visibilizar o que nos propusemos a ver. Assim, estamos perante um estudo exploratório de cariz etnográfico. Fomos fiéis à abordagem etnográfica através da materialização das idas ao terreno num diário de campo, da observação como técnica basilar e da realização de entrevistas caracterizadas por um estilo informal.

Da nossa investigação, salientamos a figura bairro social enquanto portadora de um estigma territorial, as vivências de bairro social como idiossincráticas e carregadas de particularidades. Destacamos ainda, o saudosismo com que se fala do Bairro do Aleixo, e o desgosto com que se fala das vivências no *novo bairro*. Os atores destacam como principais consequências deste processo o isolamento social e a solidão, e explicam a demolição e realojamento do bairro do Aleixo como uma *troca dos pobres pelos ricos*.

PALAVRAS-CHAVE: Realojamento, Aleixo, Habitação Social, Violência Estrutural, Bairro Social, Fenomenologia, Estigmatização Territorial

Abstract

In 2011 an urban management operation took place in Oporto city which aimed at the beginning of the end of the Aleixo neighbourhood. Two towers that were part of the neighbourhood were demolished, as well as the rehousing of its residents into other neighbourhoods. This subject was widely covered in the media before and after the urban operation, building the set of Aleixo as the “enclave of all evil”/ denouncing a so-called cancer in Aleixo neighbourhood.

Having, in the common opinion, widespread the image of a neighbourhood set as the “*enclave of all evil*,” specific urban measures made their way. The current essay is an attempt to unveil preconceived ideas, and through phenomenological rationality, an intent of understanding how the rehousing process took place amongst the inhabitants.

Therefore, we stand ourselves beyond this neighbourhood’s stereotyped images trying to access its own dynamics. We aimed to read Rehousing not just as a housing change but also as a phenomenon which inflicts a spatial and relational cut in the experiences of Aleixo’s population. We intend to understand the meaning which is given to this Rehousing process and find out if there exists a psychological impact due to it.

Using a qualitative methodology and ethnographic approach, we found tools and methods which are compatible with our main object and allow us a better ability to visualize what we propose to understand. Consequently, we are before an ethnographic exploratory study. We were loyal to the ethnographic approach recording our field trips in a diary and using observation techniques as a basic tool, besides carrying out informal interviews.

Our research stresses the notion of social housing whilst bearer of a territorial stigma and its experiences as idiosyncratic and loaded with its own particularities. We also want to point out the missing feeling of which bairro do Aleixo is spoken of and the discontent feeling of the experiences in the *new bairro*. The inhabitants stress out the main consequences of this process as social isolation and loneliness and explain the demolition and rehousing of bairro do Aleixo as a replacement of *poor for rich*.

Keywords: Rehousing, Aleixo, Social housing, Structural Violence, Council housing, Phenomenology, Territorial Stigma.

Résumé

En 2011 on a assisté à une opération de gestion urbaine, dans la ville de Porto, qui visait être le début de la fin du quartier Aleixo. Nous avons parlé de la démolition de un des tours qui composent le quartier et du Relogement de ces résidents dans d'autres quartiers de la ville. Créée et diffusée l'image d'Aleixo comme « *enclave tout le mal* » a ouvert la voie à l'utilisation de mesures de gestion urbaine spécifiques. Nous avons essayé avec ce travail nous déshabiller de ces étiquettes et, guidé par une rationalité phénoménologique, comprendre comment le processus de Relogement expérimenté par des acteurs qui étaient ça cible. Ainsi, nous sommes situés au-delà des images stéréotypées du quartier avec l'intention d'accéder à leurs propres dynamiques. Nous avons essayé de lire le Relogement, non seulement comme un changement de maison, mais aussi comme un phénomène qui impose une séparation spéciale et relationnelle dans les expériences des habitantes d'Aleixo. Donc, nous avons l'intention de connaître le signifier attribué à ce processus de Relogement et, aussi savoir s'il y a eu impact psychologique résultant du même.

On a trouvé dans la méthodologie qualitative et dans la conception ethnographique et aussi dans les méthodes compatibles avec notre objet et avec une plus grande capacité de visualiser ce qu'on se propose de voir. Alors, nous sommes devant d'une étude ethnographique. Nous avons été fidèles à la conception ethnographique à travers la matérialisation des visites sur le terrain, dans un journal de terrain, de l'utilisation de l'observation comme technique de base et des entrevues caractérisées par un style informel.

D'après nos recherches on signale la figure de logement social comme porteuse d'une stigmatisation territoriale et les expériences du logement sociale comme idiosyncrasiques et chargées des caractéristiques particulières. Nous rappelons également le conservatisme dont il parle du quartier Aleixo et la douleur dont il parle des expériences vécues au nouveau quartier. Les acteurs distinguent comme principales conséquences de ce processus l'isolement social et la solitude et ils expliquent la démolition et le Relogement du quartier Aleixo comme un échange des pauvres par les riches.

MOTS-CLES: Relogement, Aleixo, Logement Social, La violence structurelle, Lotissement, Phénoménologie, Stigmatisation Territoriale.

Índice

Prólogo	1
Capítulo I - Enquadramento teórico	3
1. Psicologia Ambiental	3
2. Da ilha ao Bairro	5
3. A importância psicológica da habitação.....	7
3.1. Habitar um <i>espaço marginal</i>	8
4. Operações de Realojamento Urbano	11
4.1. (Des)arrumando a Cidade.....	14
Capítulo II - Metodologia	18
1. Dos <i>Rombos</i> no Paradigma Dominante ao <i>Resgate</i> de uma Forma Alternativa de <i>Habitar (n)a Ciência</i>	18
2. Na Procura de um Método para o Objeto.....	19
3. O nosso Método em Ação	20
3.1. Os nossos atores	25
3.2. Notas sobre a <i>arte de obter respostas sem fazer grandes perguntas</i>	25
4. Análise de conteúdo	28
Capítulo III: Monografia e Terreno.....	29
1. Sobre os Bairros Sociais.....	29
1.1. O que são Bairros Sociais - “ <i>Algo positivo para a nossa cultura porque, se não existissem, para onde é que esta gente toda ia?</i> ”	29
1.2. O ritmo desacelerado e o interconhecimento	30
1.3. Para uma distinção dos bairros sociais - “ <i>Há bairros e bairros sociais</i> ”	32
1.4. Desconstrução da homogeneização da imagem do habitante do bairro social - “ <i>nos bairros há gente muito diferente uma da outra, mas isso é o normal de todo lado, não é?</i> ” ..	34
1.5. <i>O gosto pelo bairro, o desgosto pelo rótulo</i>	35
2. Viver (n)o Aleixo	36
2.1. Descrição do Bairro do Aleixo - “ <i>O Aleixo e a torre um</i> ”	36
2.2. Vivências do Aleixo	38
2.3. Gerir o estigma territorial - “ <i>Eu não dizia logo que era do Aleixo</i> ”	39
2.4. Ligações ao Bairro do Aleixo.....	40

3. Vivências de um processo de Realojamento	41
3.1. A nova habitação - “ <i>Em termos de habitação não ‘tamos mal, mas não era aqui que queria estar.’</i> ”	41
3.2. A droga não foi Realojada - “ <i>Droga há lá e há aqui.</i> ”	42
3.3. Impacto do fenómeno - “ <i>Mas daqui bem que uma pessoa podia estar a morrer que não deitam a mão a ninguém.</i> ”	43
3.4. “ <i>Trocar os Pobres pelos Ricos - Nós não temos direito a ter uma vista tão bonita e de morar assim num lugar...</i> ”	47
3.5. Desertificação e destruição do Aleixo - “ <i>Aleixo era bairro da droga eles meteram abaixo, agora aquilo ‘tá fim de mundo, parece um deserto e a droga continua lá na mesma’</i> ”	48
3.6. Alternativas à demolição do Aleixo - “ <i>Que deixassem ficar as pessoas, que fizessem obras</i> ”.	49
3.7. E agora, Aleixo?	50
Epílogo.....	52
Referências Bibliográficas	55

Índice de Anexos

Anexo 1. Guião das entrevistas conduzidas com os atores	62
Anexo 2. Caracterização sociodemográfica dos atores	63
Anexo 3. Bairro de Lordelo do Ouro (fotografias)	64
Anexo 5. Grelha de análise de conteúdo respeitante às categorias que emergiram das entrevistas com os atores.	66

Lista de Abreviaturas

PER	Programa Especial de Realojamento
SAAL	Serviço de Apoio Ambulatório Local

Prólogo

A industrialização sobretudo na segunda metade do século XIX, veio trazer transformações de grande magnitude à Cidade do Porto, nomeadamente o aumento drástico do número de habitantes (Pereira, 1994). É com a necessidade de alojar a população que chega à Invicta que nascem as ilhas. Paulatinamente esta tipologia habitacional cede lugar aos bairros sociais, provocando uma melhoria das condições de vida das populações, mas uma crescente marginalização e afastamento da cidade central.

Com o início da desindustrialização, há um abalroamento nas vivências desta população, as taxas de desemprego aumentam exponencialmente e grande parte da população operária fica desempregada. Não existindo condições para o seu enquadramento laboral, a economia informal assume-se como uma das formas que permite às pessoas subsistirem (Fernandes & Mata, 2015). É nesta conjuntura pautada pela(s) vulnerabilidade(s) e exclusões que determinados espaços vão adquirindo, a par e passo, um novo estatuto. De lugares de *acantonamento de classes populares a bairros degradados* (Fernandes & Neves, 2002). A *insistência discursiva* em torno destes sítios é altamente mediatizada pelos *media*, que foram difundindo imaginários de insegurança: os bairros seriam então lugares perigosos que o cidadão comum deveria evitar (Fernandes 1998, Fernandes & Ramos, 2010).

Nos últimos anos, dada a expansão do fenómeno droga e as condições degradadas dos edifícios, assistimos a uma crescente preocupação e problematização do Bairro do Aleixo. O *estado* do bairro exigia respostas por parte das autoridades competentes. Assim, entre 2011 e 2013 foram demolidas duas das torres que constituíam o bairro e os seus habitantes foram realojados noutros bairros da Cidade. A presente dissertação procura aceder ao(s) significado(s) atribuído(s) a este processo de realojamento e desvelar se esta operação se constitui como um fenómeno com ressonância psicológica. Neste sentido, num primeiro momento exploramos alguns dos conceitos da Psicologia Ambiental, que nos permitem compreender a importância dos espaços. De seguida revisitamos o nascimento dos bairros sociais, falamos de habitação e exploramos o habitar de espaços marginais. Para além disso, refletimos acerca de operações de Realojamento e fazemos referência, especificamente, ao Realojamento do Bairro do Aleixo.

No capítulo II descrevemos o caminho metodológico que realizámos, explicitando as técnicas de que nos servimos. No capítulo III apresentamos e discutimos os resultados que obtivemos. Por fim, no capítulo IV realizamos as reflexões finais.

Capítulo I - Enquadramento teórico

1. Psicologia Ambiental

“Nós moldamos os nossos ambientes e eles, por sua vez, moldam-nos a nós”

(Winston Churchill, *n.d*)

Nos anos 60 começam a surgir preocupações com o ambiente devido às massivas transformações que as cidades sofriam associadas à industrialização (Fischer, 1994). A sobrelotação populacional, a diminuição dos recursos naturais e a deterioração da qualidade do ambiente (Stokols & Altman, 1987) tornam-se alvo de preocupação. Assim, tendo em conta estas questões, começou-se a verificar uma consciencialização sobre o meio ambiente enquanto problema, que se estendeu ao domínio científico (Fischer, 1994). É neste contexto que nasce a Psicologia Ambiental, que de acordo com Stokols e Altman (1987) tem como objeto de “estudo o comportamento e o bem-estar humanos na relação com o ambiente físico e social envolvente” (Stokols & Altman, 1987, p. 1).

Inicialmente a Psicologia Ambiental procurou estudar o ambiente físico e os indivíduos, menosprezando a dimensão social (Fischer, 1994). Tratando-se, portanto, de uma conceção que percecionava o meio-ambiente como uma entidade exterior, algo que determina ou causa comportamentos (Altman, 1973; Fischer, 1994). Contudo, o objeto da Psicologia Ambiental foi sofrendo alterações, tornando-se mais amplo e podendo se estender à “compreensão dos processos psicossociais derivados das relações, inter-relações, transações entre as pessoas, comunidades, grupos sociais e os seus contextos socio-físicos” (Valera, 1996, p.4). Assim, podemos dizer que “estuda a pessoa em seu contexto, tendo como tema central as inter-relações - e não somente as relações – entre a pessoa e o meio ambiente físico e social” (Moser, 1998, p.121). Esta conceção ecológica, na qual nos posicionamos, postula que “se o espaço é socializado, é-o, por um lado, em razão das condições ambientais que orientam e enquadram os comportamentos e, por outro, das formas de atividades e de relações que aí se produzem” (Fischer, 1994, p.10). O que significa que “não só o ambiente age sobre o ser humano mas também o ser humano age sobre o ambiente” (Altman, 1973, p.35).

Daqui se depreende que “os espaços por si só não geram efeitos – o espaço pode ser a sede de qualquer efeito. O que gera efeitos é a interação de pessoas concretas com espaços concretos” (Fernandes, 1997, p.103). Assim, compreende-se que a conduta

humana se inscreve num espaço, espaço esse que molda e é lugar de relações, relações essas que (re)constroem o espaço:

Vivemos sempre num espaço. Longe de ser tão-só um quadro puramente exterior, ele é a matriz que informa todas as nossas relações na sua complexidade, ao mesmo tempo que é, como elas, o resultado de factores culturais, sociais, institucionais (...). Pode-se pois abordar qualquer relação no espaço, tanto pelo ângulo da influência que este exerce sobre o indivíduo, como pelo da influência que o indivíduo, em contrapartida, exerce sobre o espaço; os grupos humanos, os indivíduos e as colectividades, lentamente formados e transformados no e pelo espaço, formam-no e transformam-no por seu turno por meio das suas actividades, (Fischer, 1994, p. 15).

A possibilidade de agirmos e (re)construímos o espaço é visível através da apropriação, que, segundo Fischer (1994), se trata de um processo psicológico de ação e intervenção sobre um espaço cujo propósito é transformar e personalizar. Assim, o indivíduo e/ou grupo apropria-se do espaço, ou seja, ocupa-o, transforma-o e organiza-o para que este reflita o seu *eu*, a sua identidade individual e/ou grupal (Fischer, 1994). Da mesma forma que cada pessoa personaliza a sua casa, também os grupos que habitam determinados espaços procedem à sua personalização, afirmando a sua variante pessoal “expressa em termos de estilo de ocupação, de transformação, de instalação, de organização” (Fischer, 1994, p. 82).

A apropriação é um processo simbólico e que se faz por meio de significados. Ao agirmos sobre um determinado espaço atribuímos-lhe sentido e é através desta atribuição que um determinado espaço se torna um lugar (Altman & Low, 1992; Rodrigues, 2002). Ou seja, um espaço remete-nos para aquilo que é desprovido de investimento cognitivo-afectivo, enquanto um lugar diz respeito a um espaço experienciado e ao qual foi atribuído sentido (Fischer, 1994; Rodrigues, 2002). Desta forma, as pessoas estabelecem relações com os lugares, podendo senti-los como parte integrante da sua identidade. Tal como Fischer (1994) afirma “a apropriação é uma maneira de materializar uma parte do seu universo mental no espaço físico ambiente, para o fazer nosso” (Fischer, 1994, p.82). Assim, quando sentimos um lugar como *nosso* desenvolvemos um sentimento de pertença, neste sentido “as relações entre as pessoas e o meio comunitário e físico conduzem a uma identidade individual e colectiva com o lugar, não só através da assimilação dos conteúdos sociais e culturais, mas também através da sua relação com a linguagem formal e espacial do cenário em questão – pessoas e grupos sociais identificam-se com os espaços e reconhecem um determinado espaço como sua pertença” (Rodrigues, 2002, p.89).

Outro conceito importante na Psicologia Ambiental é o enraizamento, que se expressa num sentimento de segurança, estabilidade, familiaridade e intimidade (Fischer,

1994; Rodrigues, 2002). De acordo com alguns autores, o enraizamento é a sensação de “*estar completamente em casa*” (Fischer, 1994; Rodrigues, 2002).

2. Da ilha ao Bairro

Em meados do século XIX o Porto viveu tempos de industrialização e urbanização intensos, o que fez disparar o número de habitantes (em 1864, de acordo com o primeiro Recenseamento Geral da População na Invicta, habitavam 86761 pessoas e em 1911 já habitavam 194009) (Pereira, 2003). Este crescimento exigiu um alargamento da cidade (Rodrigues, 2002). Neste sentido, começaram a construir-se ilhas - pequenas casas destinadas ao alojamento das camadas populacionais mais desfavorecidas, ligadas à indústria - nos terrenos nas traseiras das casas dos burgueses (Queirós, 2007). Na sombra de uma Câmara que só se preocupava em regulamentar fachadas, a cidade cresceu para dentro de si mesma (Pereira, 2003; Queirós, 2007). Esta tipologia habitacional assumiu uma grande escala, sendo que no final do século XIX, cerca de 30% da população portuense vivia em ilhas (Pereira, 2003).

De acordo com Queirós (2007) “as ilhas constituíam um poderoso instrumento de controlo social das camadas populares e um exemplo acabado da inscrição no espaço urbano das desigualdades sociais” (Queirós, 2007, p.92). Os habitantes das ilhas, para além de viverem condições socioeconómicas altamente precárias, viviam condições habitacionais insanas, como a sobrelotação e a ausência de saneamento (Guerra, 2004; Pereira, 2003).

Esta conjuntura favoreceu uma rápida proliferação de doenças que, inicialmente, se faziam sentir apenas nas “traseiras da cidade”, mas que acabaram por se estender também à classe média (Pereira, 2003). O Porto fica de quarentena entre 1899 e 1900 e torna-se a última cidade europeia a erradicar a peste, sendo que “a quarentena por causa da peste, para além da vergonha dos políticos locais da época, conseguiu, finalmente, produzir alguns efeitos” (Pereira, 2003, p.142), dos quais se destacam a construção de redes de saneamento básico e a proibição das ilhas (Pereira, 2003). Assim, na primeira década do século XX surge a necessidade de criar uma alternativa que alojasse esta população (Pereira, 2003, Queirós, 2007). Apesar do reconhecimento desta necessidade, os passos dados no sentido de resolver a questão habitacional demoraram bastante tempo a chegar. Ou seja, as medidas foram tardiamente implementadas: “começaram a ser desenvolvidas já muitas décadas depois de se terem identificado problemas, sem muita vontade e quase

sempre mais por imposição extrema da realidade do que por fruto de uma real vontade de produzir transformações sociais efectivas” (Pereira, 2003, p.143).

Com o propósito de libertar a cidade das *insalubres ilhas* e melhorar a sua imagem, (Rodrigues, 2002) em 1956 surge o plano de melhoramentos da cidade do Porto.

É assim que assistimos ao nascimento dos primeiros bairros sociais que, paulatinamente, deslocaram as populações que viviam precariamente do centro para as periferias: “Progressivamente a cidade do Porto concentra em si uma problemática de habitação complexa que a faz oscilar entre o peso da habitação antiga, frequentemente degradada e ainda em “ilhas”, e o peso crescente da habitação social, com o tempo cada vez mais degradada, geograficamente isolada e segregada” (Pereira, 2003, p.144).

Esta expulsão das populações do centro para a periferia “não só reflecte a preocupação do regime fascista em conter os perigos da concentração operária, como também favorece o aprofundamento da apropriação capitalista do centro da cidade, ao higienizar o espaço público e ao ampliar a área disponível para a instalação de novas actividades” (Queirós, 2007, p.92). A percepção das populações laboriosas como problemáticas e perigosas (Pereira, 2003) e a sua disposição pela cidade evidencia determinadas lógicas higienistas e repressivas subjacentes às estratégias de planeamento e gestão do espaço urbano, bem traduzidas na metáfora usada por Queirós: “*dividir para reinar*” (Queirós, 2007, p.92).

Em suma, a materialização do plano de melhoramentos de 1956 resulta na “maior e mais sistemática operação de rejeição para a periferia de populações urbanas de nível de vida mais baixo” (Alves, Costa, Siza, Guimarães, Souto Moura & Correia Fernandes, 1979, p.29) e culmina na desertificação do centro da cidade, destinando-o à atividade terciária (Queirós 2007; Rodrigues, 2002). Podemos ainda dizer que os habitantes das ilhas foram obrigados a acompanhar esta passagem da ilha até ao bairro, sendo que não tinham propriamente alternativas (Alves et al, 1979).

Tendo em consideração a forma como nasceram os bairros e as funções que cumprem concluímos afirmando que os “bairros sociais são, e sempre foram, espaços para os excluídos – os excluídos do centro, os excluídos das ilhas, os excluídos dos *squemata* sociais colectivos – e constituem-se ainda actualmente, quer simbólica, quer materialmente, como lugares nocturnos da sociedade, lugares de problematização e expiação socio-política” (Rodrigues, 2002, p. 66).

3. A importância psicológica da habitação

“ [a casa] tem uma forte ressonância emocional e social, evoca para cada um o facto de, entre todos os espaços, um deles ser, mais que todos os outros, o seu lugar de vida” (Fischer, 1994, p.119).

De uma forma sucinta, revisitámos a história do nascimento das ilhas e dos bairros sociais e, por conseguinte, do estilo habitacional de uma determinada população. Pretendemos, de seguida, explorar o conceito de habitação além da sua evidente função no sentido estrito de guarida, analisando também o seu simbolismo. No que diz respeito a uma visão mais instrumental “habitar tem uma função vital: responder à necessidade essencial de viver num espaço que protege dos perigos exteriores e ao mesmo tempo está protegido contra os riscos naturais e as violências alheias” (Fischer, 1994, p.119). Neste sentido, a habitação é um direito consagrado na Constituição Portuguesa, estando definido que deverá ser “de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar” (ponto 1 artigo 65º da Constituição Portuguesa de 1997). Podemos afirmar que “não ter casa sua é a própria imagem da indigência e do desenraizamento” (Fischer, 1994, p.119). A habitação é frequentemente objeto de interesse em vários discursos: políticos, económicos, urbanísticos, arquitetónicos, sociológicos e também psicológicos (Elali, 1997; Gonçalves, 2009; Lima & Sautkina, 2007; Ornstein, 2005), o que evidencia a sua complexidade e importância.

De acordo com Fischer (1994) a ocupação da habitação “não equivale minimamente ao simples preenchimento de um volume, mas traduz-se pela expressão de um conteúdo próprio: o das suas emoções e da sua vivência, desenvolvidas pelo sentimento de estar “em sua casa”; a habitação é pois identificada como um território pessoal” (Fischer, 1994, p.21). É pela e na habitação que se cria a subjetividade. Este é um espaço que promove a introspeção, o segredo e a intimidade, é, portanto, o espaço onde se desenrola a vida privada (Fischer, 1994). Recordando alguns dos conceitos que expusemos anteriormente (ver capítulo 1 Psicologia Ambiental), compreende-se como a *nossa casa* se assume como o primeiro dos lugares que conhecemos enquanto indivíduos, o primeiro lugar que apropriamos, pelo qual desenvolvemos sentimentos de pertença, segurança, e do qual temos *memória*.

Assim, consideramos habitação enquanto espaço de sociabilidades e parte estruturante do indivíduo, pois “o espaço residencial não é apenas uma realidade física, é

sobretudo um espaço social, quer como lugar de memória, quer pelas relações que encerra e estabelece, quer ainda como símbolo da condição social que se projeta nas expectativas dos sujeitos” (Pereira, 1996, p.175). Tal como Pereira (1996), também Fischer (1994) nos lembra que falar em *habitat*¹ é também enunciar a categoria social à qual pertencemos. Ao adquirir-se informação em relação ao local de residência de alguém, acedemos a mais do que longitudes e latitudes, passamos a pressupor um conjunto de características que imputamos a essa pessoa. Neste sentido, habitar um determinado lugar está intimamente ligado às condições sociais. Em suma, não só nos coloca num local a nível geográfico, mas também nos inscreve num local da pirâmide social (Fischer, 1994). Desta forma, faz sentido pensarmos que características são associadas a espaços marginais e aos seus habitantes.

3.1. Habitar um *espaço marginal*

“O espaço marginal pode ser considerado como um espaço onde se manifesta uma forma de vida social particular, ou seja, em cuja margem se desenvolvem processos sociais que possibilitam que os indivíduos ressocializem o próprio tecido que os dessocializa” (Fischer, 1994, p.175).

Considerando que os *habitats* que tratamos nesta dissertação se situam em territórios que habitualmente são foco de imagens negativas e estigmatizantes associadas a economias informais, a crime e desorganização social, torna-se relevante compreender que implicações daqui advêm.

Se o bairro cresceu e proliferou de forma silenciosa nas periferias da urbe, diríamos que nos dias de hoje se assume de forma bastante barulhenta, como figura principal do desvio, causa e efeito da *errância*, da delinquência e do crime (Fernandes, 2006).

Uma característica imputada aos bairros sociais é serem espaços marginais ocupados pela marginalidade (Fernandes, 1997). Estes espaços definem-se como estando na franja de um sistema social, tanto do ponto de vista topológico como comportamental (Fernandes 1997; Fischer, 1994). Isto significa que estão afastados dos lugares mais valorizados e os comportamentos que lá ocorrem são também longínquos da normatividade que caracteriza a cidade central (Fernandes, 1997; Fischer, 1994). Em suma, estes espaços são “apreendidos e vividos como entidades à parte (...) afastados e por conseguinte separados dos espaços sociais valorizantes, por uma espécie de parede invisível; seja qual for o afastamento físico, são objeto de uma representação social que tende a estigmatizá-los

¹ Segundo Fischer (1994) o *habitat* é um espaço organizado no qual se desenrola a vida privada (Fischer, 1994, p.120)

como espaços longínquos” (Fischer, 1994, p.122). Ainda relativamente à distância sempre simbólica e por vezes geográfica que os espaços marginais *vivem* parece-nos revelante reforçar que “os muros entre a favela e o asfalto são invisíveis, mas produzem realidade” (Nicodemos, 2015).

Desta forma, evidencia-se como determinados espaços são percecionados como *estranhos* face à restante malha urbana. Assim, os espaços marginais são conotados com uma forte estigmatização territorial que se estende aos seus habitantes, ou seja, se determinado espaço é considerado perigoso também os seus habitantes assim serão perspectivados (Wacquant, 2006). Compreende-se, então, como a sociedade dominante olha para os habitantes do bairro social enquanto “desviantes, delinquentes e transgressores” (Guerra, 2002, p.131). Estas imagens assentam na homogeneização, isto é, na ideia de que os bairros são todos iguais assim como as pessoas que neles habitam. De acordo com Graham, Padilla, Lopez, Stern, Peterson e Keene (2016) este estigma territorial ao mesmo tempo que emerge de desigualdades profundamente enraizadas na estrutura de uma sociedade também contribui para que elas se reproduzam.

As imagens estereotipadas que circulam sobre o bairro social criam imaginários no urbanita comum e são mantidos através de um duplo processo: a redução cognitiva e o evitamento experiencial (Fernandes, 1997).

A redução cognitiva trata-se do processo através do qual um determinado local é perspectivado tendo em consideração apenas certos elementos, sendo reduzida toda a sua complexidade a alguns aspectos mediatizados. Os bairros de um lugar a identificação de determinados lugares como perigosos e inseguros, nos quais se crê que imperam práticas desviantes (Fernandes, 1997). Os *media* atuam precisamente aquando da identificação e etiquetagem de lugares e pessoas, difundindo imagens invocativas de medo (idem). Assim se compreende como os *media* não só contribuem para proliferar a imagem do bairro social enquanto espaço de desviância, como também a constroem (Guerra, 2002). De facto, é possível compreender “como os *media*, o discurso político e uma certa produção científica dão constantemente uma imagem humilhante” (Wacquant, 2006, p.29) destes lugares e também dos seus habitantes. Estas imagens não só visibilizam a estigmatização e exclusão a que estas populações estão sujeitas como a legitimam (Fisher, 1994).

Por seu turno, estas imagens vão-se mantendo e/ou proliferando devido ao evitamento experiencial: a partir do momento em que determinados espaços adquirem esses significados os cidadãos comuns passam a evitá-los (Fernandes, 1997), não existindo

desta forma espaço para que se desconstruam as imagens negativas associadas aos bairros e aos seus habitantes.

Falar em espaços marginais é ainda reconhecer que existem espaços centrais por oposição a estes. Percorrendo a literatura, compreendemos que a tensão entre a cidade central e a periférica ocorre em quase todas as metrópoles (Fernandes, 2006; Wacquant 2006). Esta tensão é sintomática de uma outra: a das populações integradas e populações relegadas (Fernandes, 2006).

Para além disso, o estigma territorial que *habita* estes espaços marginais, sejam eles bairros sociais, favelas, subúrbios, *ghettos* ou *cités*, parece afirmar-se como uma experiência comum nas vivências dos seus habitantes (Fernandes, 2006; Velho, 1989; Wacquant, 2006). Nas palavras de Wacquant (2006): “que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não perigosos e a sua população seja ou não essencialmente composta de pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim de contas: a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas” (Wacquant, 2006, p. 29).

Não poderíamos deixar de referir que as vivências dos habitantes de espaços marginais são condicionadas pela experiência de estigma. Assim, não é de estranhar que o modo como vivem e percebem o bairro assim como o sentimento de pertença, o enraizamento e a identidade (Graham et al, 2016; Pinto, 1994) sejam afetados pela estigmatização. Vários autores salientam os sentimentos de culpabilidade e vergonha (Wacquant, 2006), o sentido agudo de indignidade social (Pétonnet, 1982, citado por Wacquant, 2006), e até mesmo a tentativa de negação de pertença e distanciamento em relação à dita desonrada “micro-sociedade do bairro” (Wacquant, 2006, p.29).

Para além disso, habitar um espaço marginal pode condicionar o estabelecimento de relações exteriores ao mesmo, pois torna-se mais fácil conviver com aqueles que são alvo dos mesmos estigmas. Se, por um lado, este fechamento conduz a uma perda de recursos existentes na cidade dominante, por outro, impulsiona um maior sentimento de pertença, uma vivência comunitária, onde as relações intrabairro tendem a fortalecer-se numa lógica *somos todos do bairro*: “alguns técnicos de intervenção reportam o orgulho no bairro, um sentimento de pertença a que chamam bairrismo.” (Fernandes & Mata, 2015). Com efeito, “o bairrismo é uma identificação ao lugar, e define uma posição específica na relação do bairro de cada um com o resto da cidade”. (Fernandes & Mata, 2015, p.10). É neste sentido que se percebe como as relações vicinais se assumem de forma bastante mais acentuada do que na cidade central. Pois, nos espaços marginais, habitualmente, os vizinhos funcionam

como uma rede de suporte e apoio que oferece “possibilidades de acesso aos meios básicos de subsistência, ora por via da disponibilização de «ajudas» directas (...), ora por via da tolerância ou mesmo do incentivo à prossecução de estratégias quotidianas de colmatação de necessidades baseadas na mobilização mais ou menos criativa de recursos latentes” (Queirós, 2015, p. 67).

Podemos afirmar que, para além da forte estigmatização, *habita* nos espaços marginais uma “coesão social – onde fortes laços de amizade, baseados em homogeneidade econômica, cultural e étnica, agem como uma defesa contra o ambiente maior, mais impessoal da cidade total” (Ittelson, Proshansky, Rivlin & Winkel, 2005, p.7).

Por fim, não poderíamos deixar de referir como Almeida (1994) nos relembra que a delimitação de um bairro se consubstancia pela identidade coletiva que *une os indivíduos*, mais do que pelos seus limites geográficos e administrativos.

4. Operações de Realojamento Urbano

A um nível mais administrativo podemos considerar que as operações de realojamento ocorrem quando existe a necessidade de desimpedir uma área para realizar obras, quando se desenham programas que visam erradicar tipologias habitacionais deficitárias e quando ocorrem catástrofes que deterioram habitações (Freitas, 1994). No discurso político este ato tem como objetivo último a melhoria da qualidade de vida das pessoas (idem). Não obstante esta intenção de proporcionar melhores condições de vida, numa lógica de transformações dos modos de vida através do acesso a melhores condições habitacionais, a faceta simbólica da habitação parece ainda ser uma variável externa a estes processos (Cachado, 2011; Freitas, 1994; Guerra, 1994;). Neste sentido, o (re)alojamento continua a ser percecionado como uma autoestrada, ou seja, “um problema de financiamento e de betão” (Guerra, 1994, p.12). Esta visão dos processos de (re)alojamento, valoriza as condições físicas dos edifícios em detrimento dos aspetos psicossociais que estão ligados à habitação. Assim, “sob o desígnio da melhoria das condições habitacionais, as condições sociais parecem ser proteladas” (Cachado, 2011, p.7).

De seguida faremos uma breve incursão pela literatura de forma a elucidarmos algumas políticas urbanas que marcaram o alojamento e realojamento em Portugal.

Começando com os programas levados a cabo durante o Estado Novo, estes assentavam na acessão de que a estrutura familiar deveria ser o pilar da sociedade e que a habitação tem a capacidade de manter a ordem social vigente (Gros, 1994; Guerra, 2004).

Os beneficiários da habitação social, além das garantias financeiras, tinham de cumprir um conjunto de requisitos, tal como serem casados e apresentarem certificados de boa conduta moral (Gros, 1994). Acrescente-se que o usufruto da habitação social era regulamentado de uma forma bastante inflexível (idem). Desta forma ocorria uma vigilância permanente às populações, que só se explica porque os habitantes eram “tratados como associais que precisavam de ser (re)educados e adestrados, não se lhes reconhecendo nenhuma autonomia de decisão sobre a sua própria vida. Eram reduzidos a meros objetos cuja colocação no espaço da cidade era decidida sem a mínima consideração nem pela sua vivência passada e presente, nem pelas aspirações” (Gros, 1994 p.88).

Esta forma de alojar tinha em conta as condições monetárias das famílias, sendo que a qualidade da habitação atribuída variava consoante o *status* social, tendo “efeitos significativos no reforço das hierarquias socio-espaciais” (idem, p.86). Deste modo, eram mantidas as distâncias sociais (idem). Podemos associar esta forma de gestão urbana ao que Bourgois (2001) definiu como violência estrutural que “diz respeito à forma como a organização políticoeconómica de uma sociedade se traduz na produção de desigualdades e opressões sociais crónicas” (Bourgois, in Fernandes, 2014, p.180).

Com a Revolução de 1974 emergem condições sociopolíticas que permitem a contestação das políticas vigentes até à data que, como acabamos de referir, visavam reforçar as hierarquias sociais e assentavam no controlo repressivo das populações (Gros, 1994). O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) surge, assim, num ambiente sociopolítico favorável à criação de projetos onde se incentiva e prevê a confluência de diferentes saberes e onde existe espaço para a participação das populações, o que marca a viragem nas formas de (re)alojar (Rodrigues, 2002). O SAAL, “«em nome do direito à cidade», procurou contrariar o movimento de expulsão do habitat popular para as periferias suburbanas assim como a desestruturação forçada dos grupos residenciais existentes” (Gros, 1994, p. 88). Desta forma, permitiu a elaboração de diversos projetos inovadores no âmbito da habitação social, tendo em consideração o aproveitamento das habitações empreendidas pela mão dos moradores, através da reconstrução e requalificação dos bairros de construção informal e da inclusão dos moradores nos processos (Cachado, 2013; Queirós, 2007; Rodrigues, 2002).

Nos anos 90, surge o Programa Especial de Realojamento (PER) com o objetivo de erradicar as barracas às portas das principais cidades (Cachado, 2013). Tal como refere Cachado (2013): “o SAAL é em tudo diferente do Programa Especial de Realojamento” (idem, p.138). O PER nasce num contexto político que condicionava as medidas relativas à

habitação nomeadamente a grande “pressão urbanística sobre os terrenos onde estavam localizados os bairros informais nos anos 1990” (idem, p.139). Desta forma, enquanto o SAAL procurou reconstruir e requalificar, o PER face aos mesmos problemas habitacionais visou demolir e realojar sendo que esta era a solução indicada para erradicar as barracas que eram percecionadas como uma *chaga social* (idem). Para além disso, o PER procurava potenciar mudanças nos estilos de vida das populações com vista a erradicar a exclusão social em que estas viviam (idem). Ferreira (1994) refere-se ao PER como tendo “em si todos os ingredientes para o desastre: construção massiva, realojamentos concentrados, populações de grande precariedade económica e com graves problemas sociais” (Ferreira, 1994, p.10).

Refletindo sobre as operações de realojamento urbano que têm vindo a ser realizadas em Portugal compreendemos que, independentemente da vertente política, se verificam algumas semelhanças (Cachado, 2013), assim “as políticas mais recentes, e mesmo as críticas que possamos tecer acerca delas, não são inovadoras” (Cachado, 2012, p.137). Estas operações de realojamento têm vindo a reforçar e a replicar a segregação socioespacial e as desigualdades sociais, o que banaliza e legitima outras formas de violência, nomeadamente a violência perpetrada por instituições (Fernandes, 2014). Assim sendo, podemos entendê-las como formas de violência estrutural que se exprime “também no modo como situações de desvantagem se fixam com muito maior impacto em certas zonas e franjas da população” (Fernandes, 2014, p.180).

Ainda podemos verificar que as populações (re)alojadas habitualmente não têm voz nos processos de realojamento, embora existam algumas evidências que sugerem que os mecanismos de apropriação se alteram quando se sentem implicadas no processo. Não obstante, “não se enquadram os programas de realojamento em políticas urbanas pertinentes que incluam o conhecimento e a participação daqueles para quem se destinam os imóveis e que são, necessariamente, os principais interessados” (Guerra, 1994, p. 12), sendo que quando as populações são implicadas “é na qualidade da parte passiva (os excluídos, os espoliados) de todo o intrincado processo urbano” (Magnani. 2002, p.15).

A comunidade científica tem vindo a produzir alguns trabalhos sobre operações de realojamento urbano (Cachado, 2011; Freitas, 1994; González, 2012; Pinto, 1994). A título exemplificativo gostaríamos de salientar algumas conclusões de um estudo sobre uma operação de reabilitação urbana numa comunidade da classe operária italiana em Boston’s West End. Os residentes identificaram como consequências do realojamento a perda da

casa, da vizinhança e das interações quotidianas e relatam ter desenvolvido sentimentos depressivos e de luto extremo face à mudança habitacional (Fischer, Bell & Baum, 1984).

Tendo em consideração tudo o que anteriormente referimos, concordamos com Matos (2006) quando afirma que o “realojamento é cada vez menos, um problema de carência de alojamento resolvido com atribuição de casa, sendo cada vez mais um problema social que reclama um olhar global e integrado, que exige uma intervenção social junto das famílias” (Matos, 2006, p.3).

Pensamos importante explicitar que quando nos referimos a intervenção social não falamos daquilo que tradicionalmente tem vindo a ser entendido como tal, isto é, “mudar os hábitos e comportamentos das populações, «educando-as» para viverem nas novas casas” (Ferreira, 1994, p.10). Ao invés, referimo-nos a um olhar atento às especificidades da população e do tecido social que será alvo de intervenção, com vista a tentar perceber as necessidades, aspirações, formas de viver e de socializar das populações que são realojadas, para que, de acordo com as suas idiossincrasias, se consiga dar a melhor solução possível, visando uma maior continuidade nas suas vidas. De acordo com Ferreira (1994) a participação é a chave para que o realojamento seja realizado com sucesso. Também Pereira (2003) corrobora esta ideia afirmando que “continua a fazer todo o sentido voltar a colocar as pessoas – de forma reflexiva e participativa – no centro de projetos de intervenção” (Pereira, 2003, p.146).

Desta forma, quando nos referimos a processos de demolição e realojamento urbanos torna-se necessário sublinhar que a demolição de habitações não equivale simplesmente à eliminação de prédios, é também proceder ao desmantelamento do funcionamento social de uma determinada comunidade e, por conseguinte, do sentimento de pertença dos seus habitantes (Fischer, Bell & Baum, 1984). Concluindo é fundamental perceber o realojamento enquanto um processo complexo, “uma acção à qual se exige um âmbito e um conteúdo muito mais alargado que o simples facto de atribuir e distribuir casas” (Almeida, 1994, p.34).

4.1. (Des)arrumando a Cidade

“O Bairro do Aleixo é o principal centro de tráfico de droga da cidade do Porto. É uma vergonha para a cidade do Porto, tal como era o S. João de Deus” (Rui Rio, 2008).

O bairro do Aleixo foi construído em 1976 e pertence à união de freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos (Domus Social, 2016). Tendo sido construído em altura, a sua estrutura física foi à época considerada inovadora (JPN, 2016). Inicialmente era constituído por cinco torres que comportavam 320 fogos (Domus Social, 2016). Uma grande parte destes fogos foi atribuída a famílias provenientes da Ribeira-Barredo, sendo que o bairro do Aleixo serviu “de suporte à operação de renovação urbana da zona ribeirinha” (Queirós, 2015, p.120).

Com as eleições autárquicas de 2001, chega o novo executivo à Invicta e a “agenda política portuense passa a estruturar-se em torno de três eixos de intervenção amplamente difundidos e mediatizados: reconversão dos bairros de habitação social da cidade (símbolo emblemático: requalificação do bairro de S. João de Deus); reformulação das políticas de intervenção social e de promoção da segurança urbana; reabilitação urbana da Baixa do Porto” (Queirós, 2007, p.96-97). O capote discursivo do presidente da câmara à data baseava-se na “tríade habitação social - segurança urbana - reabilitação da baixa”, desta forma as prioridades estavam bem definidas (Queirós, 2007).

O bairro do Aleixo à semelhança do bairro São João de Deus, tornou-se um território psicotrópico², assolado pela exclusão social, violência(s) e condições socioeconómicas precárias. A par deste cenário, ambos os bairros foram sendo alimento regular dos meios de comunicação social, quer pela sua atratividade, quer pela sua noticiabilidade, que frequentemente nos davam conta dos “infernos da urbe, enclaves da desordem onde se manifestariam todos os males³” (Fernandes & Ramos, 2010, p.16) gerando um alarme social em torno da (in)segurança urbana.

a partir do momento em que um lugar é publicamente etiquetado como uma zona de «não-direito» ou uma «*cité fora da lei*» e fora da norma, é fácil para as autoridades justificar medidas especiais, derogatórias face ao direito e aos costumes, que podem ter como efeito – quando não por objectivo – desestabilizar e marginalizar mais ainda os seus habitantes, submetê-los aos ditames do mercado de trabalho desregulado, torná-los invisíveis ou escorraçá-los de um espaço cobiçado. (Wacquant, 2006, p.30).

² Define-se território psicotrópico como um “atractor de indivíduos com interesse comum, num estilo de vida em que as drogas desempenham papel significativo – seria um concentrador, matriz espacial de uma subcultura *junkie* de rua” (Fernandes, 1997, p. 130).

³ A título exemplificativo do papel dos *media*: “Assim, na sequência de uma série de reportagens sensacionalistas na televisão, o bairro de São João de Deus, um sector «abarracado» do norte do Porto com forte presença de ciganos e de originários de Cabo Verde, é hoje conhecido, por Portugal inteiro, como a encarnação infernal do «*bairro social degradado*»” (Wacquant, 2006a, p.30).

A preocupação com a (in)segurança urbana é sublinhada no discurso emanado pelo poder autárquico: “Ando a dizer isto há muitos anos, ou nós tratamos destes bairros, ou eles tratam de nós, portanto é bom que nós tratemos dos bairros” (Rui Rio, 2008). Assim, tornava-se visível uma conjuntura que exigia medidas específicas de gestão, bem proclamadas desde o discurso de tomada de posse do presidente da câmara à data⁴.

A solução encontrada para o Bairro de São João de Deus foi a demolição e, por conseguinte, o realojamento dos moradores que lá habitavam, numa tentativa de “extirpar o cancro que a droga tinha feito crescer no São João de Deus⁵” (Fernandes & Ramos, 2010, p.26).

“A câmara municipal do Porto serviu-se da ignóbil reputação do bairro [São João de Deus] de «hipermercado de drogas» para lançar uma operação de «renovação urbana» que, graças à multiplicação de violentas rusgas policiais, visa essencialmente a expulsão e dispersão dos drogados, ocupas, desempregados e outros destroços locais, a fim de reinserir o dito cujo bairro no mercado imobiliário da cidade – sem a menor preocupação quanto ao destino dos milhares de habitantes assim deslocados.” (Wacquant, 2006, p.30).

A demolição de bairros tidos como problemáticos e o realojamento dos seus moradores evidenciou-se, assim, enquanto medida sociopolítica de *limpeza* e gestão de zonas e populações também problemáticas. A solução adoptada tem as aparentes vantagens de invisibilizar temporariamente o fenómeno (Fernandes & Ramos, 2010) e transmitir a ideia de segurança devido à ação eficaz do Estado perante o fenómeno “droga”. Ação esta assente na crença que demolindo prédios se erradica a droga e se resolvem todos os problemas em torno da (in)segurança urbana. Contudo, alguns estudos têm evidenciado a sua desadequação perante o fenómeno nomeadamente porque “uma das características dos territórios psicotrópicos é a sua grande mobilidade. Constituem-se quando e onde se reúnem uma série de condições ecossociais específicas e deslocam-se quando estas são alteradas” (Fernandes & Ramos, 2010, p.17).

Diríamos que *a história tem tendência a repetir-se* no que diz respeito a medidas concretas de gestão urbana de populações e zonas problemáticas. Foi assim que em 2008, num comunicado da câmara municipal do Porto, Rui Rio afirmou: “Como é que se resolve o Aleixo? Sendo que não é tão grave como o São João de Deus, mas ainda assim,

⁴ A este propósito ver Queirós (2007) Estratégias e Discursos Políticos em torno da reabilitação de centros urbanos. Considerações exploratórias a partir do caso do Porto.

⁵ Declaração de um responsável autárquico do Porto, citado em Fernandes & Ramos, 2010, p.26.

claramente o segundo mais grave e hoje o mais grave na cidade do Porto”⁶. É neste contexto que se torna explícita a necessidade de solucionar o(s) problema(s) do Aleixo.

Neste seguimento, à semelhança do que tinha acontecido com o Bairro São João de Deus, a solução adotada para *tratar* do bairro do Aleixo foi a demolição. De acordo com Rui Rio com a demolição “resolve-se em definitivo a chaga social do Aleixo com reflexos inequívocos, inequívocos na segurança urbana da cidade do Porto” (Carvalho, 2009).

Assim, no dia 16 de dezembro de 2011 foi levada a cabo a demolição da torre cinco e passados dois anos foi demolida a torre quatro, sendo que as restantes torres foram demolidas em 2019. Os moradores das torres quatro e cinco foram realojados de forma dispersa pelos restantes bairros sociais da cidade. Foram estes moradores que procurámos ouvir sendo que nos parece relevante perceber se existe algum impacto psicológico associado à vivência de uma operação de realojamento. Tendo sido até então feito o enquadramento teórico à temática, passamos de seguida a explorar a metodologia de que nos servimos.

⁶ Declaração de imprensa, Rui Rio, 2008.

Capítulo II - Metodologia

1. Dos Rombos no Paradigma Dominante ao Resgate de uma Forma Alternativa de *Habitar (n)a Ciência*

O que é ou não Ciência? O que é conhecimento científico? O que separa a Ciência do Senso Comum? Como se faz Ciência?

Estas questões têm vindo a *habitar e alimentar* a discussão epistemológica (Santos, 1989), sendo que se verifica um confronto entre dois tipos de racionalidade, dois paradigmas: o positivista e o fenomenológico, que justificam diferentes modos de trabalhar em ciência (Lagache, 1949).

Nas ciências sociais, principalmente durante o seu período de crescimento e legitimação, o Positivismo foi a racionalidade dominante e hegemónica (Santos, 1989). No fundo, as ciências sociais cresceram adotando o modelo vigente nas ciências naturais. Assistiu-se a um crescimento exponencial tendo como modelo a standardização, a busca incessante por rigor, a mensuração, e o estabelecimento de explicações de causa-efeito (Flick, 1998), exportando, assim, praxeologias de ação que apostassem em métodos capazes de induzir assepsia (Rohe, 2006), com vista a alcançar conhecimentos *puros, sem enviesamentos, generalizáveis*. De acordo com Santos (1989), este paradigma que impulsionou o estatuto das ciências sociais compreende a realidade enquanto dotada de exterioridade, sendo o conhecimento, portanto, uma representação do real.

Contudo, “as ciências sociais têm por objecto real, um objecto que fala” (Santos, 1989, p.33) e portanto, a adopção deste paradigma, por conseguinte, de metodologias das ciências naturais, deixava um *vazio*, no sentido em que se começava a perceber que a objetividade era relativa e que este paradigma não era suficiente para dar resposta a todas as questões e preocupações (Flick, 1998). Assim, defendia-se um paradigma que se coadunasse de forma mais simbiótica com o objeto das ciências sociais – o ser humano (Flick, 1998; Santos, 2001), por se considerar que as ciências sociais, à medida que ganhavam em credibilidade e rigor, perdiam em riqueza (Santos, 2001). No fundo, sentia-se a necessidade de compreender, mais do que mensurar. Exigia-se, assim, uma epistemologia adequada ao objeto (Fernandes, 1997), onde “o indivíduo fazendo-se

objecto, instaura-se como sujeito” (Fernandes, 1997, p.8). Desta forma, surge um resgate de uma outra racionalidade – a fenomenológica (Santos, 2001), definida por Creswell (1998) como “[e]ntering on the field of perception of participants; seeing how they experience, live, and display the phenomenon; and looking for the meaning of the participants experiences” (Creswell, 1998, p.31).

Até então, revisitámos, de forma breve, o resgate da tradição hermenêutica e fenomenológica no seio das ciências sociais. Concluimos afirmando que *escolher um método, é escolher uma racionalidade de habitar (n)a Ciência* e que, neste sentido, a racionalidade que impulsionou (*habitou*) este trabalho foi a fenomenológica, que “assenta numa atitude de compreensão profunda do outro, assumindo que há coisas sobre o outro que só o próprio poderá saber” (Fernandes, 2002).

2. Na Procura de um Método para o Objeto...

Compreendemos que falar de metodologia é *abrir portas* à elucidação de como e o quê foi elaborado em prol de determinado objeto, ou seja, que *caminho* foi trilhado pelos investigadores de modo a conseguirem aproximar-se do seu objeto. Falamos de uma aproximação, de uma tentativa, porque seremos sempre incompletos na nossa apreensão (Guba, 1990, p.22 citado por Denzin e Lincoln, 2006, p.9). Incompletos, pois, para além de a realidade ser múltipla, marcada pela(s) subjetividade(s), falamos, inevitavelmente, de recorte(s) de objetos, ou seja, de análise(s) de fragmentos do real, tal como Bachelard (1971) afirma “o conhecimento do real é uma luz que sempre projecta algures umas sombras” (Bachelard, 1971, p.165). Assim, neste trabalho, não pretendemos obter resultados com vista à sua generalização, nem auspiciamos obter uma única verdade, “mas sim «revelar as múltiplas verdades visíveis nas vidas dos outros»” (Emerson, Fretz & Shaw 1995, p.3 citado por Neves, 2006, p.97).

Desta forma, evidenciamos a nossa opção pela metodologia qualitativa que, de acordo com Denzin e Lincoln (2006), envolve uma “abordagem naturalista, interpretativa, para o mundo, o que significa que os seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenómenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem” (Denzin & Lincoln, 2006, p.17).

Propusemo-nos *a compreender como foi vivenciado pelos atores, o processo de Realojamento do Bairro do Aleixo*, sendo este, portanto, o objeto de estudo que elegemos. Como é comum na investigação qualitativa, procurámos dar resposta a uma questão de investigação: *O processo de Demolição e Realojamento do Bairro do Aleixo constitui-se como fenómeno causador de impacto psicológico?*

Partindo do pressuposto que “*escolher um método é escolher uma teoria*” (Coulon, 1992 citado por Fernandes, 2002) e que pretendemos aceder a um conhecimento que é detido pelos atores, que são quem melhor nos pode falar sobre o fenómeno que pretendemos conhecer, através da(s) suas experiências, perceções e significações, o olhar que decidimos encetar em relação ao nosso objeto, foi mediado pelos pressupostos da Psicologia Ambiental (ver subcapítulo 1. Psicologia Ambiental) e pelo Interacionismo Simbólico. Esta corrente enfatiza o carácter construído da(s) realidade(s) e assume as pessoas como atores e construtor(es) do seu mundo e do do(s) outro(s). Assim valoriza os significados atribuídos às coisas, ressaltando o carácter construído das interações sociais e a possibilidade de mudança dos mesmos. (Blumer, 1982).

Até então, definimos o paradigma em que se insere este trabalho, assim como o tipo de metodologia de que nos servimos, considerando, por um lado, a nossa filiação a uma dada racionalidade de *habitar* n(a) Ciência e, por outro, a fidelidade face ao objeto (Fernandes, 1990).

3. O nosso Método em Ação

A escolha de um método, como anteriormente anunciámos, deve ser fiel ao objeto que queremos estudar, mas também à racionalidade que nos move, isto vem, de certa forma, justificar a nossa opção por uma abordagem etnográfica. Acresce ainda que a etnografia é um método adequado, quando pretendemos estudar objetos sobre os quais a sociedade dominante produz *distância social e simbólica* (Fernandes & Araújo, 2012), o que se coaduna com o que nos propusemos a estudar, sendo que falamos de territórios e pessoas sobre os quais a sociedade dominante produz distância.

Tendo em conta que nos propusemos a *compreender como foi vivenciado pelos atores o processo de Realojamento do Bairro do Aleixo*, concordamos com Velho quando afirma que “o mais fundamental é procurar ouvir e entender a visão de mundo dos grupos

sociais que vivem directamente essas situações e procurar perceber seus pontos de vista, com o mínimo de preconceitos e sem paternalismos" (Velho, 1989, p.10). Assim, antes da partida para os territórios procurámos despir-nos de preconceitos sobre territórios e pessoas, que pudessem ofuscar a nossa apreensão. Apesar desta tentativa, durante o percurso mantivemo-nos cientes de que se trata de um exercício sempre revestido de alguma complexidade, sendo que, como seres inseridos na comunidade, também temos imaginários sobre estas populações e territórios, assim “a tarefa inicial do etnógrafo é suspender tais estereótipos” (Fernandes & Araújo, 2012, p.9). Esta tentativa exige uma atitude constante de reflexão, posicionamento, questionamento e redefinição do racional teórico. Neste sentido, estamos de acordo com Fernandes e Araújo (2012) quando afirmam que “fazer etnografia é de alguma forma estar sempre no começo” (Fernandes & Araújo, 2012, p.9).

Tendo em consideração que procurámos dar um cunho etnográfico⁷ ao nosso trabalho, começamos por elucidar que, de acordo com Firmino da Costa (1987), “o principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador que observa os locais, os objectos e os símbolos, observa as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observa as situações, os ritmos, os acontecimentos” (Costa, 1987, p.132). Posto isto, entendemos a importância da imersão do investigador no terreno e, assim, a preocupação inicial foi encontrar um informante-privilegiado, ou seja, um ator que, pela sua posição⁸ no bairro, nos ajudasse a inserir no terreno. Este ator inicialmente funcionou como *facilitador*, na medida em que nos colocou em contato com a área territorial e com outros atores, permitindo-nos uma maior e mais rápida inserção no contexto. Pois “a profundidade com que vem a poder conhecer-se um mundo social específico, nas pesquisas em contexto natural, depende do sucesso com que se processa a aproximação do investigador às zonas e aos grupos e indivíduos que quer conhecer” (Fernandes & Araújo, 2012, p.9). Desta forma, lançamo-nos à *descoberta* sendo que a primeira ida ao terreno foi realizada em Março de 2016 e a última incursão remonta a Setembro do mesmo ano⁹.

Num período inicial, o nosso objetivo passava sobretudo por familiarizar-nos com os territórios e, nesse sentido, decidimos realizar incursões ao Bairro do Aleixo, à Pasteleira

⁷ A longa permanência do investigador, na unidade social em estudo é a característica primordial da Etnografia (Hammersley & Atkinson, 1983; Costa, 1987; Fernandes, 1990). Devido a constrangimentos temporais, não cumprimos esse critério, e, por conseguinte, realizamos uma pesquisa de terreno, inspirada no método etnográfico.

⁸ Entenda-se posição, como papel social e simbólico, que o ator detém na unidade social em estudo.

⁹ No total, dirigimo-nos aos territórios 25 vezes.

Nova, à Pasteleira Velha e ao Bairro de Lordelo do Ouro. Estas incursões, de certa forma, iam-nos dando pistas sobre a escolha de uma unidade de observação.

Nas deambulações iniciais, fizemos observação direta, que pressupõe que o investigador atente a estímulos visuais e auditivos, sem que tenha intervenções verbais (Costa, 1987). Este tipo de observação constituiu-se como um verdadeiro desafio:

“São 18 horas, dirijo-me ao café P. Entro e sento-me. O café está cheio e eu sinto-me perdida no meio da multidão. Apetece-me ir embora sem esperar pelo café. Estão dois casais com cerca de 40 anos do meu lado direito, e duas senhoras, na casa dos 60 do lado esquerdo. Decido esperar. Aqui sentada, enquanto tomo o meu café observo as pessoas, que estão pacatamente a conversar e a lanchar. Sinto que também me observam, é como se estivessem de alguma forma a avaliar o meu comportamento. Sinto alguma ansiedade, penso que seria mais fácil interagir com as pessoas do que estar aqui simplesmente parada. Sinto que estou a interferir nos seus hábitos e rotinas. Ao mesmo tempo, não sei bem o que espero ver, nem se devo esperar e o que devo esperar? Espero que se torne mais fácil” [Notas de Terreno].

Embora aparentemente os investigadores tenham um papel passivo neste tipo de observação, compreendemos o que Costa (1987) afirma relativamente à interferência do investigador no contexto¹⁰. *O que ver*, quando, e como foram questões que inicialmente geraram bastante ansiedade. Esta dificuldade poderia ter sido ultrapassada se tivéssemos realizado uma grelha de observação. Contudo, não o fizemos, pois não queríamos condicionar e constranger *à priori* as observações que viríamos a realizar. Partimos, assim, numa total abertura para o que o terreno e os atores tivessem para nos dar. À medida que as idas ao terreno se naturalizavam, quer para mim, quer para os moradores, no sentido em que já começava a ser (re)conhecida, também o meu olhar se tornava mais aguçado e orientado.

A forma como esta observação direta se foi tornando participante foi proporcional ao aprofundamento das relações estabelecidas no terreno com os atores, “quando passei a ser cumprimentado de maneira natural e amigável, senti que começava a encontrar um lugar para mim” (Whyte, 2005, p.300). Assim, “sinto que sou observada, mas sinto que já não represento uma ameaça. Já começo a ser (re)conhecida, cruzo-me com atores que já me cumprimentam, «Então? Por aqui, hoje?»” [Notas de Terreno].

¹⁰ “Normalmente a pesquisa de campo incide sobre uma pequena unidade social: uma aldeia, um bairro, um prédio de apartamentos, um escritório, uma fábrica, um grupo, um café, uma esquina ou algo igualmente circunscrito. É bom de ver que a presença dum investigador, ou duma pequena equipa de investigadores, não pode deixar de ser notada e de se revelar altamente interferente com tal contexto (...) Muito mais interferente seria ficar parado, a olhar, sem dizer nada a ninguém. Imagine-se um pouco, ou faça-se a experiência, e verifique-se como tal situação, de tão interferente, se tornaria rapidamente insustentável” (Costa, 1987, p.134).

Ultrapassados os obstáculos que se impunham com a observação direta, surgiam outros com a observação participante, que exige que o investigador faça parte das atividades e das interações (Burgess, 1997). Uma destas dificuldades foi a participação em *situações de crise*. Referimo-nos a conflitos entre vizinhos, perante os quais fomos chamados a dar um *parecer*. Aqui confrontamo-nos com a necessidade de, por um lado, não condicionar as relações que tínhamos estabelecido e, por outro, não menosprezar nenhuma das opiniões, tentando manter alguma neutralidade. Aprendemos que gerir relações, fundamentalmente quando a nossa estadia é recente, e portanto *muito verde* no tecido social em estudo, avizinha-se como um desafio. Sendo que pretendemos inserir-nos o mais possível mas compreendemos que há limites à nossa participação.

Tendo em consideração a necessidade de “ordenar o método em função do real, e não o real em função do método” (Fernandes, 1997, p.51), criando métodos para os problemas (Lagache, 1949), paralelamente à técnica da observação decidimos entrevistar atores que tivessem vivenciado o processo de realojamento. Através do informante-privilegiado conseguimos aceder a um dos atores que viríamos a entrevistar. A partir desse momento, pedimos às pessoas com quem nos cruzávamos que fizessem uso dos seus contatos e relações, por forma a conseguirmos entrar em contato com mais moradores que tivessem passado pela experiência de serem realojados. No total, realizámos seis entrevistas que foram gravadas em formato áudio¹¹.

Realizámos um guião de entrevista semiestruturada (cf. Anexo 1) com vista a orientar a nossa atuação na interação, mas não nos cingimos a este, existindo espaço para o afloramento de novas questões e até questões e assuntos não previamente previstos. As entrevistas pautaram-se por uma atitude informal, sendo efetivamente “conversas com um objetivo” (Burgess, 1997, p.112), configurando-se um estilo de interação propício para que os atores falassem sobre o que conhecem (Spradley, 1979). Em suma, “enquanto a decisão de escolher os temas principais a abordar foi minha, a orientação da conversa foi parcialmente determinada” pelos atores (Burgess, 1997, p.120).

Curiosamente, quase todos os entrevistados foram realojados no bairro de Lordelo do Ouro (cf. Anexo 2), excetuando um, que se encontra a habitar no bairro da Pasteleira Nova. A eleição de um local de observação tornava-se assim evidente, por um lado, o bairro de Lordelo do Ouro acolhia a maioria dos nossos entrevistados, por outro, através da observação inicial realizada nos bairros compreendíamos que este tinha características que

¹¹ Depois de procedermos à transcrição integral das entrevistas as gravações foram destruídas com vista a garantir a confidencialidade e o anonimato.

nos permitiam uma mais rápida inserção no seu tecido. Nomeadamente, ser um bairro mais acolhedor, onde a observação de que somos alvo não é tão intensa e onde a atividade *drug* é mais diluída na restante vida do bairro. Assim, elegemos o bairro de Lordelo do Ouro enquanto local privilegiado para a condução das nossas observações e suspendemos as idas aos restantes. Desta forma, estivemos no bairro de Lordelo do Ouro em dias da semana e horários distintos, por forma a conseguirmos perceber um quadro mais complexo ao nível das dinâmicas.

Para além das entrevistas, estabelecemos com vários atores conversas com grande valor informacional, em torno do fenómeno que elegemos como objeto. Isto permitiu-nos, para além de aceder à perspectiva de atores que vivenciaram o processo de realojamento, perceber como é que o fenómeno é percebido por outros atores que, embora não tivessem sido realojados, tinham conhecimento de quem fosse, ou simplesmente tinham uma opinião e queriam dá-la. Compreendemos que a espontaneidade com que se estabelece uma conversa é bastante acentuada, principalmente em locais de passagem e espera comuns, como nas paragens de autocarros (cf. Anexo 3) e em cafés. A partir do momento em que explicávamos o porquê de ali estarmos¹², habitualmente as pessoas¹³, ainda que desconfiadas, demonstravam-se curiosas (ver subcapítulo 3.2. Notas sobre *a arte de obter respostas sem fazer grandes perguntas*). É ainda de referir, que todas as entrevistas foram realizadas em contexto natural, em lugares escolhidos pelos atores, nomeadamente à entrada e nas suas casas, em cafés, na rua, na paragem de autocarro e nas bombas de gasolina (cf. Anexo 3).

Procedemos também à criação de um diário de campo com vista a ser o elemento por excelência da materialização das idas ao terreno. Neste diário, escrevemos tudo o que rodeou estas idas, desde as conversas que tivemos, situações com as quais nos confrontámos, relatos das *peripécias* e *percalços* que encontrámos pelo caminho, sentimentos que surgiram e reformulações teórico-metodológicas. Considerando que “escrever notas de terreno é, portanto, o processo de construção de sentido” (Fernandes, 2002, p.26), este diário, afigurou-se pertinente, uma vez que, nos permitiu, estar conscientes de tudo o que ia ocorrendo ao longo do percurso. Concluindo, o diário de campo, “ordena, através do fio narrativo, a dispersão de acontecimentos do dia-a-dia”

¹² Partindo do pressuposto que o investigador não deve ser confundido com um “espião” decidimos adoptar uma atitude transparente e explicar qual o nosso papel (Neves, 2006).

¹³ Devemos referir que consideramos que o facto de a investigadora ser do sexo feminino e jovem, teve influência na forma como as pessoas a perceberam, pois “embora me estranhassem, não se sentiam tão ameaçadas” [Notas de terreno].

(idem, p.26). Quando suspendemos as idas ao terreno, realizámos uma leitura flutuante do diário à qual se seguiu uma leitura cuidada do mesmo.

3.1. Os nossos atores

Faremos agora uma breve caracterização dos nossos atores através de alguns dados sociodemográficos (cf. Anexo 4). Entrevistámos dois homens e quatro mulheres com idades compreendidas ente os 19 e os 64 anos. No que diz respeito ao estado civil, dois atores são solteiros, um é viúvo e os restantes são casados. A maioria dos atores tem filhos.

No que diz respeito ao nível de escolaridade, salienta-se uma baixa escolarização, sendo que o nível mais baixo é o 4º ano e o nível mais elevado o 12º ano, concluído apenas por um ator. Quanto ao contexto laboral, um dos atores está reformado, dois encontram-se a trabalhar, sendo que os restantes entrevistados se encontram em situação de desemprego.

Evidentemente que estamos perante biografias muito diferentes entre si, contudo é possível delinear algumas realidades partilhadas, nomeadamente o acesso a empregos/trabalhos precários, assim como a habitação social ser a única forma habitacional que conhecem. É interessante referir, também, que verificámos que as mulheres têm todas mais do que um filho e foram mães jovens. Ainda, todos os entrevistados são naturais da cidade do Porto.

3.2. Notas sobre a arte de obter respostas sem fazer grandes perguntas

Decidimos destinar este subcapítulo à nossa apreensão da abordagem etnográfica. Para tal, usamos algumas notas de terreno para ilustrar algumas das reflexões que realizámos acerca desta metodologia. Consideramos que este trabalho não se desenrolou como um processo linear, mas sim pautado por avanços, retrocessos e fases de estagnação. Desta forma, neste subcapítulo iremos expor alguns dos meandros, deixando assim visíveis alguns dos erros, retrocessos e percalços que fomos encontrando ao longo deste caminho, tentando, assim, contrariar o formato límpido, despojado de falhas, erros, recuos e retrocessos habitual dos trabalhos científicos.

Quando demos início às idas aos territórios partimos carregados de expetativas. Contudo, a entrada no terreno revelou-se um processo lento e rapidamente sentimos frustração e desânimo. Nessa altura, devido às sucessivas desmarcações de entrevistas e à dificuldade que sentíamos em entrar nos contextos, parecia-nos impossível conseguir chegar *perto* com o objetivo de conhecer de *dentro*. Perante estas dificuldades iniciais percebemos que se demonstrava necessário diversificar estratégias. Começámos por alterar

a forma de nos dirigirmos ao bairro, o que nos levou a usar um meio de transporte público em vez do carro particular:

“Apanhei o autocarro na Boavista, na Casa da Música, e segui viagem. Sentei-me no banco com quatro lugares, dois dos passageiros seguem de frente para o caminho e um de costas, ficando portanto numa posição de frente a frente, «pensei que sorte ter lugar aqui é mais provável que alguém fale comigo». Seguiam duas senhoras e um senhor, cabisbaixos e carrancudos. «Pensei que tinha que arriscar e então perguntei qual é o nome da paragem do Ipanema, expliquei que queria sair lá, mas que não sabia o nome da paragem». A senhora que seguia ao meu lado, rondava os sessenta e tal anos, pôs a mão no meu antebraço e disse: “*És tão linda e nova, porque é que queres ir lá, filha?*” Eu disse-lhe que era estudante que ia lá realizar uma entrevista que queria saber como foi sair do Aleixo. Conversámos o resto da viagem sobre isso. Saímos juntas do autocarro, a dona H. deu-me dois beijinhos, agradeceu-me por “tar a botar os olhos a estas coisas” e disse-me para ter cuidado e para não andar muito tarde ali sozinha” [Notas de Terreno].

Percebemos que estar no terreno com uma abordagem etnográfica tem destas particularidades. A possibilidade de (re)inventarmos e de sermos *surpreendidos* (Fernandes, 1998), de acedermos a discursos informacionais relevantes quando e onde menos esperamos. A etnografia é feita disto, de encontros e (des)encontros. Neste dia podíamos ter ido confortavelmente de carro. Mas optámos pela não privacidade de um autocarro, pois ao mesmo tempo que perdemos em privacidade, ganhámos em multiplicidade de cenas que proporciona.

“Cheguei ao Aleixo. Estou dentro do carro a fumar e a observar e rapidamente uma senhora vem ter comigo, espreita para dentro do carro através da janela e diz: «Queres comprar?» ao que eu respondo «Não, não. Eu sou estudante de Psicologia, estou aqui a ver como é que isto é, estou a tentar perceber como foi sair do Aleixo e como está agora o bairro, essas coisas, sabes?». Ela fica com cara de desconfiada a olhar para mim. Então decidi mostrar-lhe algumas folhas que tinha comigo da faculdade e o meu cartão de estudante. Ela ri-se e responde: «óhhhh atão já podias ter dito que eu tava ali sempre a olhar pra ti, até pensei que eras muito nova pra bófia mas nunca se sabe, num é? Eu até tava ali farta de colar em ti». Eu disse «Sim, eu já tinha reparado». Entretanto, estacionei o carro e sai, ficamos algum tempo a falar sobre droga, ressacas, o Aleixo, bairros, famílias e outras tantas coisas até que ela me diz: «Olha, tenho que dar a volta, queres vir?» Eu respondi-lhe «Sim gostava de ir, mas posso? Não há problema?» Ela disse-me «Claro que não filha, assim já vês mesmo como é que isto aqui funciona» [Notas de Terreno].

Neste momento questionámos se deveríamos ou não ir com J. dar a volta ao Aleixo. De facto, não tínhamos propriamente uma relação de confiança e nem sequer sabíamos concretamente a que sítios nos iríamos dirigir. Evidentemente que esta decisão teve que ser tomada num curto espaço de tempo e decidimos arriscar e ir pela mão de J. observar, tal como a mesma afirma, “como é que isto aqui funciona”. Percebemos que a etnografia é

também caracterizada pelas escolhas que temos que realizar, em tempo real, ali em minutos, às vezes segundos, muitas vezes com pouca informação. Estas escolhas envolvem, grande parte das vezes a novidade, mas também o desconforto.

“Entrei no bairro de Lordelo do Ouro pela rua de baixo, e vi que estavam dois homens junto de um carro de alta cilindrada. Reparei que estavam a olhar para mim, mas continuei em frente, dirigindo-me a casa de M.L.. Um deles agarra-me o braço com força e leva-me pra junto do outro e do carro. O baixinho não me larga o braço e o entroncado está mais para trás dele está com cara de poucos amigos. O baixinho questiona-me de forma incisiva: «Quem és, o que tás aqui a fazer?». Apresento-me, digo quem sou e o que estou ali a fazer e mostro o cartão de estudante. O baixinho olha para o outro claramente a procurar aprovação. Larga-me o braço. Eu continuo a falar sobre a demolição e sobre o bairro do Aleixo durante uns minutos. Eles olham-me com cara de quem está farto de me ouvir. E dizem-me pra ir à minha vida. Acredito que os venci por cansaço. Vou-me embora na direção da casa de M.L., quando chego à entrada ele saí de casa cumprimenta-me e diz-me que estava preparado pra chamar a polícia, que viu tudo da janela, e que achava que me iam meter dentro da mala do carro e deixar numa valeta qualquer. Disse-me que corri um perigo enorme porque são indivíduos perigosos e pra ir embora pela parte de cima do bairro, pra não arriscar passar por eles outra vez” [Notas de Terreno].

Neste dia sentimos que não tínhamos propriamente uma alternativa. Pois, apesar de repararmos que os indivíduos nos olhavam de forma estranha desde que tínhamos entrado na rua, não podíamos propriamente ter outra atitude que não arriscar passar por eles. Muitas das situações deste género com as quais nos deparámos tiveram um desfecho positivo, parecendo-nos que para o qual muito contribuiu o facto de a investigadora ser do sexo feminino. É verdade que a abordagem etnográfica pressupõe uma longa preparação, um mergulhar na literatura que envolve o objeto em estudo. Contudo, a realidade social é intrinsecamente mais complexa e estar no terreno é estar exposto e consciente de que surgirão situações que os investigadores não podem antever e nas quais não têm controlo. Compreendemos que adoptar uma abordagem etnográfica é aceitar estar desarmado nos *settings* que não são necessariamente os nossos.

“Cheguei ao Bairro de Lordelo do Ouro eram 17 e pouco. Estacionei o carro à porta de W.J., e bati à porta. Ninguém abria. Enquanto batia à porta, o vizinho do lado saiu de casa e ficou na entrada a fumar um cigarro e estava a observar-me. Percebi que ele estava desconfiado e a olhar insistentemente para mim. Entretanto ninguém me abria a porta. Então decidi que me devia dirigir ao vizinho e tentar quebrar aquela estranheza, expliquei-lhe quem era e o que estava ali a fazer, e ficamos a conversar. Enquanto conversávamos chegou o W.J., que rapidamente reagiu «Olá! ‘Tá tudo? Estás bem entregue!» E disse para o vizinho «óh M.L., esta menina esta a estudar o Aleixo ‘pá! A demolição!» Ao que M.L. responde «Eu também vim de lá, se quiser também me pode entrevistar» ” [Notas de Terreno].

Vai-se aprendendo a *ler nas entrelinhas*. E a agir consoante as pistas que vamos sendo capazes de identificar. Aprende-se a saber quando perguntar, o que perguntar, a quem perguntar, quando e como perguntar. Aprende-se sobretudo “a obter respostas sem fazer grandes perguntas” (Fernandes, 1995, p.23). Mas, para isto, é preciso errar. E mais do que errar, é preciso que nos expliquem que erramos. A este propósito, devemos referir que o nosso informante privilegiado nos transmitiu verdadeiros ensinamentos.

“W.J., explicou-me o porquê da sua mãe não me abrir a porta e eu fui com ele vê-la. Entrei em casa, havia um cenário de destruição. Estava escuro. As janelas fechadas e as luzes apagadas. Havia vidros no chão, conseguia ouvi-los a partirem, à medida que avançava pra o quarto. A Z.Z. estava na cama, quase não falava, tinha muitas dores. Tinha sido agredida por um familiar de forma bastante violenta. Perguntei se queria que me fosse embora. Z.Z., disse que não: «Sou uma mulher de palavra, eu disse que podias-me entrevistar.» Eu disse que não era um bom momento, e que podíamos fazê-lo noutra dia. Z.Z., disse que não queria estar sozinha. Assim, sentei-me numa cadeira ao lado da cama e falamos sobre a vida, sobre criar filhos, e mais umas quantas coisas” [Notas de Terreno].

Aprende-se a relativizar e colocar em perspetiva. Aqui as nossas metas temporais passam para segundo plano, quando outras situações surgem. Concluímos, afirmando que, de facto, é uma experiência da qual não saímos incólumes (Fernandes, 2002).

4. Análise de Conteúdo

Depois de termos realizado as entrevistas procedemos à transcrição integral das mesmas e surgiu a necessidade de “instaurar uma ordem na confusão inicial” (Bardin, 1977, p.37). Com vista a responder a este propósito usámos a técnica da análise de conteúdo que diz respeito a um conjunto de técnicas de análise das comunicações (Bardin, 1977). Realizámos análise de conteúdo categorial temática, desta forma, a unidade de registo foi a semântica. Assim, criar categorias “consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios susceptíveis de fazer surgir um sentido” (Bardin, 1977, p.37). Esta categorização deu origem à formação de uma grelha de análise de conteúdo (cf. Anexo 5), que engloba as categorias que surgiram do objeto em estudo, mas também categorias que surgiram *a posteriori*. Por fim, analisámos os excertos para a análise reflexiva e crítica.

Encerrada a exposição do *caminho metodológico* que percorremos, passaremos à exposição e discussão dos resultados.

Capítulo III: Monografia e Terreno

No capítulo anterior, abordámos os conceitos teóricos que orientaram a nossa investigação e enunciámos a metodologia que escolhemos para a condução do trabalho empírico. Neste capítulo, iremos apresentar e discutir os resultados que emanaram como mais significativos das diferentes categorias, sendo que, sempre que se considerar pertinente, faremos uma incursão pela literatura de modo a analisar o seu conteúdo.

1. Sobre os Bairros Sociais

1.1. O que são Bairros Sociais - *“Algo positivo para a nossa cultura porque, se não existissem, para onde é que esta gente toda ia?”*

Os atores definem bairro social através das pessoas que o habitam, focando uma característica que lhes é comum – as dificuldades económicas: *“Bairro social é pessoas que não tem condições para pagar rendas altíssimas, que é o nosso caso, pessoas que não têm meios pra pagar rendas altíssimas penso eu que foi assim que ficou um bairro social”* (A.R., 28 anos, feminino). Assim, o bairro social é percebido como uma alternativa para as populações que, devido a constrangimentos económicos, não conseguem alugar ou comprar uma habitação: *“É um sítio onde várias pessoas de uma classe socioeconómica mais baixa vivem todas em conjunto”* (R.R., 19 anos, masculino). Daqui se depreende que o bairro social é percecionado como um espaço que aglomera pessoas com dificuldades económicas, oriundas de zonas distintas da cidade, assemelhando-se a um *contentor institucional de pobreza*, ou seja, um local onde são colocadas as famílias pobres por ação estatal (Capucha, 1990). Face a esta realidade, emerge a necessidade de adaptação e conciliação de diferenças para minimizar a ocorrência de conflitos: *“Encontra-se [no bairro social] de tudo, junta-se ali tudo. Junta-se ali tudo. Além de se juntar da nossa zona, junta-se de muitas zonas, não é? Ou nós temos que nos habituar ao ambiente de todos, ou então cada um mete-se no seu. É isso que eu penso”* (O.R., 64 anos, feminino).

Deste modo, habitar um bairro social emerge de uma necessidade e não de uma escolha, o que gera sentimentos de tristeza e impotência perante esta constatação: *“Mas eu*

não gostava de morar num bairro social, mas prontos, infelizmente tenho que estar” (M.L., 40 anos, masculino).

O bairro social é também entendido enquanto substituto das ilhas e apogeu da habitação social, aquando do seu surgimento: *“Eu acho que um bairro social são ilhas ao alto. Nas ilhas não haviam andares, e nos bairros sociais há. (...) aquilo pra nós era uns prédios de luxo, para quem não tinha casa de banho dentro de casa, não tinha um fogão”* (O.R., 64 anos, feminino). Assim, os bairros diferenciam-se das ilhas, desde logo, ao nível da construção e do acesso a instalações sanitárias e marcam uma viragem na melhoria de condições de vida dos habitantes: *“Já cada um com o seu quartinho. Enquanto nas ilhas era um quarto para toda a gente. A minha mãe teve 20 filhos. Era uma cama e em cima um teto falso, e uma mesa de abrir que à noite se punha o colchão. Pobres, mas felizes, como se costuma dizer. Era bonito. Não tenho nada contra os bairros sociais”* (O.R., 64 anos, feminino). Esta melhoria de condições de vida, com a passagem da ilha ao bairro, é compreendida se recordarmos as condições pautadas pela sobrelotação e insalubridade em que viviam as populações, ou seja, a “precariedade das condições habitacionais precedentes” (Pinto, 1994, p.37).

1.2. O ritmo desacelerado e o interconhecimento

Ao descreverem o bairro social, os atores estabeleceram o paralelismo com a aldeia, focando a questão do interconhecimento: *“Acho que é bom viver assim, em bairros sociais, fazendo bom ambiente. É muito bom. Eu acho bem [o interconhecimento], até acho que toda a gente devia fazer como nas aldeias, dar bom dia a toda a gente, mesmo sem as conhecer”* (O.R., 64 anos, feminino).

De facto, compreendemos que existem particularidades na vivência de bairro que se assemelham à aldeia, sendo que nas primeiras aproximações ao bairro, “é impossível não invocar a aldeia” (Fernandes, 1997, p.96). A título exemplificativo, destacamos o interconhecimento, que é muito acentuado comparativamente àquele que existe na cidade dominante: “O paralelismo entre a aldeia e o bairro passou-me imediatamente pela cabeça. Aqui sinto que “o estranho é facilmente identificável”, que estou perante um micro funcionamento, onde conhecemos toda a gente e toda a gente nos (re)conhece. Há a ideia de grupo materializada” [Notas de Terreno]. Percebemos que o interconhecimento funciona, em grande medida, como uma forma de controlo social informal, que visa defender as *gentes do bairro* dos *de fora*. O excerto que, em seguida apresentamos, sintetiza muito bem esta ideia:

“Enquanto esperava M.R., à porta do seu prédio, observava os miúdos a correr, a jogar à bola e andar de bicicleta na rua. Entretanto, chegou um vizinho de cima de M.R., que me dirigiu um alegre «Boa tarde, menina. Como está?» ao qual respondi «Olá, Sr. Y. Tudo bem?». Entretanto, ele subiu e eu continuei a ver os miúdos a brincar. De repente ouço: «Ri-te para os miúdos, ri-te!», num tom algo ameaçador. Olhei para cima, tentando perceber quem estava a falar, e se se dirigia a mim. Mas já só visualizei uma cabeça a afastar-se da janela. Rapidamente desceu um senhor e ao passar a porta de baixo, ao meu lado disse-me: «Óh menina conhece aquele homem que ali vai?» apontando para um senhor que descia a rua. Eu disse que não. «Ai, eu também não sei quem é, e olhe que eu conheço toda a gente! Ele estava-se a rir para os miúdos. Viu, viu?», «Eu não reparei.», «Pois, mas temos que estar atentos, nunca sabemos quem vem por mal. E amanhã podem ser os meus netinhos que andem aí na rua»” [Notas de Terreno].

De facto, “Sente-se o fechamento do bairro, na medida em que ali não se passeia, não se passa por acaso. Ou somos do bairro, ou somos agentes de controlo social, ou técnicos de higienização. Ninguém passeia nos bairros sociais” [Notas de Terreno]. Daqui se depreende que, quem por lá deambula, é rapidamente identificado.

Paralelamente ao interconhecimento no bairro social, parece existir um ritmo mais desacelerado, contrastando com aquilo que se vive na ‘metrópole’, cujas relações impessoais, fugazes e repentinas, se vivem num clima exacerbado de individualismo (Simmel, 1997). “Vejo crianças a brincar, andam de bicicleta e jogam às escondidas, na rua, envoltas de um silêncio e calma. O tempo parece passar mais devagar. Entretanto, duas senhoras descem as escadas, trazem sacas de compras, parecem carregadas. Dirigem-se à vizinha J.P., que está à janela: «Então mulher?». J.P. sai de casa, pousam as sacas e conversam sobre banalidades quotidianas” [Notas de Terreno].

Ao interconhecimento e ao ritmo desacelerado que caracterizam de forma bastante singular a vivência de bairro social é atribuído um duplo sentido pelos atores. Por um lado, consideram-nos a marca distintiva dos bairros, isto é, característica que entra na equação para se considerar a vivência de um determinado bairro mais positiva. Por outro lado, e paradoxalmente, esta dinâmica, ao ser divergente da cidade dominante, afasta-os da *normatividade*: “*Depois, no fundo, também é um lugar onde, prontos... Não é como naqueles prédios habituais... das pessoas normais... (ri-se) prontos, compreende-me? Que entram e saiam e não falam com ninguém. Ali, a gente fala com toda a gente, não é? Boa tarde, boa noite, não sei quê, prontos*” (M.R., 38 anos, feminino). Compreendemos que os atores sentem a necessidade de justificar esta(s) dinâmica(s) e essa justificação surge devido à divergência com a cidade dominante. Ou seja, os atores valorizam o que os afasta

da cidade dominante, mas tendem a comparar-se com os padrões e modos de vida da mesma.

1.3. Para uma distinção dos bairros sociais - “*Há bairros e bairros sociais*”

A etiqueta “bairro social designaria uma entidade socio-territorial mais ou menos semelhante em todos os grandes aglomerados” (Fernandes, 1997, p.87), como se “um bairro não passasse de um bairro, quer dizer fosse sempre semelhante a outro bairro - o nome bastaria para explicar a coisa” (Fernandes, 1997, p.87).

De facto, a *aceção coisista* de que os bairros são todos iguais não se coaduna com uma visão de *perto* nem de *dentro*: ao frequentar bairros sociais, depressa compreendemos que a entidade bairro social não é *una*, ou seja, cada bairro é idiossincrático, ainda que consigamos, aqui e ali, desvendar algumas semelhanças entre si. Assim, “ainda que em muitos casos segregados e pouco recuperados é crucial reter que nestes se consagra uma certa diversidade social que faz com que nem todos os bairros sejam iguais e com que nem todos nos bairros sejam iguais enquanto *problema* e nos *problemas*” (Pereira, 2003, p.145).

“O Aleixo está vazio, há muitos *tóxicos* pela rua, não vejo crianças a brincar, consigo ouvir o silêncio, e um ou outro grito. Vejo pessoas a consumir e algumas à espera para comprar. Os prédios que ainda restam estão visivelmente degradados. Há lixo pelo chão, e um movimento dirigido à primeira torre. O Aleixo é hoje um bairro feio” [Notas de Terreno].

“Lordelo é um bairro acolhedor. Há crianças a brincar na rua. Não consigo perceber atividades *drug*. Há sempre cães a passear. O *gang* dos cães impõe uma rotina de convivência entre as suas donas. As senhoras chamam-se pelos nomes dos cães: «Olha, vem aí a senhora do Garfield». Um grupo de jovens fuma uns charros sentados nas escadas, enquanto ouvem música. Algumas janelas estão abertas com música alta. As pessoas que se cruzam comigo é bom dia, boa tarde e seguem caminho” [Notas de Terreno].

Através dos dados da pesquisa de terreno conseguimos compreender algumas diferenças entre os bairros, tal como exemplificamos com as Notas de Terreno acima descritas. A observação de que somos alvo enquanto forasteiros¹⁴, embora exista em ambos, adquire contornos e expressões bastante diferentes. No Aleixo e na Pasteleira Nova esta observação intensifica-se até ao momento em que somos interpelados: “*Queres comprar?*” habitualmente seguido de um “*Então, o que ‘tás aqui a fazer?*”. Podendo, assim, depreender-se que são territórios onde há um movimento *drug* mais acentuado. Enquanto no bairro de Lordelo do Ouro, a *cena drug* é *mais soft* e diluída na restante vida

¹⁴ Realizámos deambulações no bairro do Aleixo, no bairro da Pasteleira Nova e no bairro de Lordelo do Ouro.

do bairro e, por conseguinte, não identificável ao forasteiro de forma evidente e nítida, pelo menos, nas primeiras incursões. Assim, até a própria observação se materializa de diferentes formas.

Poderíamos também referir que a arquitetura dos bairros é massivamente distinta (Fernandes, 1997). O Aleixo é constituído por torres de treze andares, que provocam uma experiência de pequenez ao sermos confrontados com a imponência das torres (Fernandes, 1997). Por sua vez, o bairro de Lordelo do Ouro assemelha-se aos prédios da cidade dominante, com blocos constituídos por três/quatro andares, não se revelando como uma experiência visual incomum.

Acedendo ao discurso dos atores relativamente ao bairro social, *de dentro*, percebemos que desconstroem a conceção unitária do bairro. Os atores ressalvam que os bairros são muito diferentes entre si, mesmo que espacialmente se localizem relativamente próximos: *“Há bairros e bairros sociais... Nuns dá gosto morar, há outros que não dá. Um bairro social, mesmo de categoria era o Aleixo, neste aqui não”* (M.L., 40 anos, masculino). Percebemos, então, que é estabelecida uma hierarquia de qualidade de vida entre os diferentes bairros (Fernandes, 1997). Esta hierarquização é feita fundamentalmente com base em duas premissas: o tipo de ambiente social e as estruturas físicas dos edifícios, sendo que os atores valorizam mais o tipo de ambiente. Esta maior valorização do ambiente social, por contraponto à valorização das características físicas dos edifícios, foi também referida por Pinto (1994), que nos diz que a apreciação dos bairros se funda *“menos na ausência de equipamentos, infraestruturas ou serviços do que nas dinâmicas e funcionamento dos bairros”* (Pinto, 1994, p.39). Relativamente ao tipo de ambiente social, um bairro será tanto melhor quanto o convívio e as relações entre vizinhança forem positivas. Ainda, parece ter influência no ambiente que se vive a existência, ou não, de serviços como creches, supermercados, farmácias e a rede de transportes que facilita, ou não, a acessibilidade à zona. Apesar de ter um peso menor é ainda valorizada a conservação e manutenção das estruturas e equipamentos físicos. A este propósito os atores salientam o sistemático mau funcionamento dos elevadores, a degradação da pintura dos prédios e as janelas e persianas destruídas.

No fundo, há aspetos que tornam a vivência num determinado bairro mais positiva ou mais negativa: *“ali eu não vivia nem que me pagassem [referindo-se à Pasteleira Nova]”* (L.P., 50 anos, feminino).

1.4. Desconstrução da homogeneização da imagem do habitante do bairro social

- *“nos bairros há gente muito diferente uma da outra, mas isso é o normal de todo lado, não é?”*

Nas idas ao terreno, sentimos que existe uma certa homogeneização vinculada pelos próprios espaços:

“Ao olhar ao meu redor, apreendo a ausência de diferença. Os prédios são todos iguais, em altura, em cor, em largura. (...) As ruas que atravessam o bairro são as ruas do bairro, havendo depois uma ou outra ligação ao exterior, à cidade central. Fazendo esta transposição para as pessoas que lá habitam, transmite a ideia de que também elas são todas iguais. Concentra pessoas mais diferentes do que iguais. Embora nos pareçam mais iguais do que diferentes. Talvez por estarem ali concentradas. E por aquilo que as rodeia ser semelhante” [Notas de Terreno].

De acordo com o que anteriormente expusemos, é possível perceber que os atores defendem a multiplicidade que caracteriza os bairros e, portanto, o que os distingue e aproxima. Ou seja, os atores posicionam-se além da imagem dominante que uniformiza os bairros e os seus habitantes. Desconstroem, então, a conceção de *bairros iguais- pessoas iguais*: *“Acham que é tudo escumalha por viver em bairros, mas não, nos bairros há gente muito diferente uma da outra, mas isso é o normal de todo lado, não é?”* (M.L., 40 anos, masculino). Assim, para os atores, o bairro social não é feito só de *gente má*, embora, como em todos os lugares, ela também ali exista: *“Há pessoas também que vou-lhe dizer uma coisa, nem nos bairros haviam de morar”* (O.R., 64 anos, feminino).

Ao tentarem desconstruir a visão dominante de que os habitantes do bairro social são *todos iguais*, há a necessidade de diferenciar a população que habita o bairro, dividindo-a entre *os bons* e *os maus*. Desta forma, existe um discurso de descrédito: “o habitante, consciente do estigma que recai sobre si tem necessidade de deslocá-lo sobre o outro” (Paugam, 2003; Wacquant, 2006). Este outro é aquele que, por possuir um outro rótulo para além do de “habitante de bairro social”, se situa num nível inferior da hierarquia social, neste caso a figura do drogado e do cigano: *“Havia pessoas que não tinham consideração nenhuma pelas coisas. O mal, às vezes, não era o morador é o que vem de fora. Começou a meter aqueles desalojados de Vila do Conde, começou a meter desalojados de outras coisas, ciganos e outras coisas...”* (L.P., 50 anos, feminino). De acordo com Wacquant (2006) esta *“difamação lateral e distanciação mútua”* tende a aniquilar um pouco mais os colectivos já enfraquecidos das zonas urbanas deserdadas” (Wacquant, 2006, p.29).

1.5. O gosto pelo bairro, o desgosto pelo rótulo

Inspiramo-nos no título de Pinto (1994), de forma a conseguirmos ilustrar o resultado que aqui descrevemos. *O gosto pelo bairro, o desgosto pelo rótulo*, exprime-se da seguinte forma: os atores percebem como positiva a existência de bairros sociais, contudo não deixam de referir o desgosto que sentem pela imagem existente em relação aos bairros e aos seus habitantes. Pois consideram que são vistos de forma negativa, “*somos mal vistos*” (M.L., 40 anos, masculino). Os atores pensam que a *má fama* dos bairros e, por conseguinte, dos seus habitantes, é explicada pela atenção dada aos bairros e aos problemas lá existentes, nomeadamente pelos *media* e pela polícia, comparativamente à atenção que não é dada às *casas normais das pessoas normais*: “*Porque eu acho que é assim, falta de respeito pelo vizinho não é preciso ser bairro social. (...) aquilo ali era vivendas e era pior que bairros (...) Por isso, não é preciso morar em bairros camarários para haver desavenças porque também as há, só que não chamam a polícia. Quer dizer, aqui muitas vezes nem é preciso chamá-los*” (O.R., 64 anos, feminino).

A presença de forças do controlo social formal é, desta forma, caracterizada como uma insistente omnipresença. Ainda, relativamente ao seu significado, assistimos a um desfasamento em relação à visão do urbano comum. Enquanto este último vê na polícia um elemento protetor, os nossos atores representam-na como um elemento ameaçador (Fernandes e Neves, 2002; Wacquant, 2006): “*Nos bairros, a polícia não serve pra proteger, não é como para os outros (...) Aqui vêm para nos bater. E não querem saber se são novos ou velhos... Somos do bairro é tudo escumalha*” (J., feminino).

A este propósito gostaríamos de salientar que achámos curiosa a forma preocupada com que J. nos adverte para a necessidade de nos protegermos da polícia:

“ «Daqui a buca andam aí os azuis, não convém ‘tares aqui». Eu questionei-a: «Mas não posso ficar J.?» «Oh filha poder podes claro, mas eles por este andar já te tiraram a matrícula, daqui a buca mandam te parar ali em cima, é assim sabes. Não podem ver aqui gente que acham logo que... que... prontos, que é da vida... E se calham de entrar por aí a dentro inda apanhas também.». Ao que eu respondi: «Mas eles costumam entrar assim e bater nas pessoas?», «Ui claro, é tudo à frente. Já apanhei muitas (ri-se). Nem é bom. Uma vez puseram-me toda pretinha. Opa é naquela morrer não morres mas é um buca fodido»” [Notas de Terreno].

Relativamente aos *media*, Guerra (2002) afirma que “dentro do tecido urbano é possível destacar alguns lugares reconhecidos socialmente pela sua “*má fama*” ou “*má reputação*” (...) em relação ao qual muito contribuiu a “*máquina mediática*”” (Guerra, 2002, p.145). De facto, os atores são perentórios em constatar que os *media* exacerbam as *coisas* negativas que acontecem nos bairros, nomeadamente os conflitos e os negócios

relacionados com a droga. Afirmam: “*Não era tão mau como os media faziam pensar nas notícias*” (R.R., 19 anos, masculino) e ainda nos confessam que os *media* também os informam em primeira mão: “*Coisas lá havia que eu até não sabia e depois lia no jornal* [Refere-se, com alguma ironia, ao facto de terem existido situações *debaixo do seu nariz*, que foram noticiadas de forma a não se compreender a correspondência entre os factos ocorridos e a notícia dos mesmos]” (O.R., 64 anos, feminino).

2. Viver (n) o Aleixo

2.1. Descrição do Bairro do Aleixo - “*O Aleixo e a torre um*”

A descrição do bairro do Aleixo é elaborada através do contraste, como se existissem dois ‘Aleixos’, ou melhor, um Aleixo dividido em dois. De um lado, a “torre da discórdia”, a mal afamada torre um, conhecida como “hipermercado”, a “torre da droga”, do “negócio”. Do outro lado o restante Aleixo.

2.1.1. A torre da Discórdia

A torre um é percebida como *locus* do mau ambiente que ali se vive: “*O bairro do Aleixo tinha aquele mau ambiente ali, mas era na torre um*” (M.L., 40 anos, masculino) e responsável pelo estado de degradação em que se encontra o bairro, pois é onde está concentrada a atividade de comércio de drogas e, conseqüentemente, os consumidores de drogas. “*Hoje a fila [do supermercado] está grande, vês? (...) os rascacões depois ficam pr’aí nos cantos e isso é que meteu assim o bairro*” (J., sexo feminino). Este discurso proferido por J. é recorrente e ilustra bem a responsabilização dos *de fora* pelo estado degradado e mau ambiente do bairro. É, portanto, uma externalização – *o mal vem de fora* (Fernandes, 1997).

Contudo, apesar desta percepção, é também enfatizada a função da torre um enquanto *empregadora de desgraçados, de homens e mulheres sem opção*: “*se não fosse isso... prontos... filha... num é? Tu já viste? Eu por acaso sou daqui, mas sempre consegui trabalhos... mas há gente que nãoooo... não podemos só ahhhh, são uns filhos da puta*” (J., sexo feminino). Há uma premissa que banaliza e legitima as atividades que no mundo dominante são alvo de julgamentos (simbólicos e efetivos). Esta premissa assenta no destino sem opção, da não possibilidade de ação, da não escolha e, por conseguinte, da

relegação de uma franja da população para as atividades de economia informal ilícitas. Também Fernandes (1997) nos deu conta desta percepção acerca das atividades de venda de drogas em “territórios altamente precarizados”: “vender substâncias proibidas é só uma forma de ganhar a vida” (Fernandes, 1997, p.145).

Para além disso, apesar da conotação negativa da torre um e dos seus atores, há um sentimento de respeito mútuo, inerente ao controlo social informal. Os atores envolvidos nas atividades *drug* são percecionados como “*defensores dos do Aleixo*” enfatizando que: “*Se cada qual se meter na sua vida, ninguém faz mal. Agora, se te meteres aí já é diferente (...) mas posso-te dizer que ‘tão lá, se houver problemas (...) às vezes os drogados roubam coisas aqui de moradores, basta pronto (...), tás a entender? No mesmo dia, aparece tudo*” (J., sexo feminino).

2.1.2. O Outro Aleixo

Quanto ao restante bairro, os atores descrevem-no com nostalgia, como um *bairro bom*: “*O bairro do Aleixo para mim foi um bairro bom, não tenho que dizer mal do Aleixo*” (O.R., 64 anos, feminino). Referem a vista para o rio e a paisagem que já não conseguem vislumbrar com grande saudosismo: “*Nenhum bairro social tem as vistas do Aleixo*” (M.L., 40 anos, masculino), “*Tenho saudades da vista*” (R.R., 19 anos, masculino).

Os atores consideram que as características estruturais e físicas do bairro o tornam visualmente pouco apelativo. “*É um bairro feio, porque tem aquelas torres ao alto todas degradadas a nível físico, é isso*” (M.R., 38 anos, feminino). A construção massiva em altura e a degradação das torres são apontadas como as duas características responsáveis por esta feiura. A degradação física das torres é corroborada por todos e é percebida como causada por um mau uso do espaço por parte dos habitantes, mas principalmente pelos consumidores de drogas. Estes, para além de causadores da degradação física, parecem exacerbar a degradação visual e ambiental do bairro: “*As casas não eram más. Até eram boas, não é? Mas, por fora das casas, tinha assim aquele mau aspeto que as pessoas estragavam tudo e não sei quê. Por fora, até tem assim aquelas árvores, que até poderia... Prontos, mas, no fundo, estava muito degradado, não é? E depois havia os drogados que iam lá comprar a droga e ficavam por ali e dava aquele mau ambiente todo, não é?*” (M.R, 38 anos, feminino).

Os atores falam-nos da necessidade de realizar obras nas torres quer ao nível estético (por exemplo a pintura das torres), quer ao nível estrutural e de acessibilidades (como os elevadores que estão quase sempre sem funcionar) e das portas e janelas partidas.

2.2. Vivências do Aleixo

Percebemos que falar do bairro do Aleixo é descrever as *suas gentes*. Esta descrição das pessoas que lá habitavam surge automática e espontaneamente quando se descreve o bairro: “*No Aleixo não há distinções, somos todos iguais*” (M.R., 38 anos, feminino); “*No Aleixo são pessoas que é família*” (A.R., 28 anos, feminino). Ao explorarmos com os atores estes discursos percebemos que se trata de um mecanismo de defesa das pessoas do Aleixo. As diferenças e conflitualidades entre os habitantes do Aleixo parecem perder a nitidez e os habitantes parecem unir-se, fortalecendo-se a lógica “*Somos todos do Aleixo*”. Percebemos que resulta em grande medida da necessidade de estabelecer um corte com a visão dominante que existe em relação ao bairro do Aleixo e aos seus moradores - *perigoso e mau/ perigosos e maus* - e de tentar transmitir uma visão que englobe também as características positivas do bairro e dos seus habitantes. Podemos equacionar que se trata de uma visão algo romantizada, que exacerba as características positivas do bairro e das suas gentes e banaliza e minimiza as negativas. Trata-se de valorizar portanto o que é habitualmente desvalorizado.

As relações entre os habitantes do Aleixo são marcadas pelo convívio acentuado. Falar em convívio é para os nossos atores (re)lembrar as festas populares nomeadamente o São Pedro da Afurada. Dada a localização geográfica do Aleixo, os atores viviam esta festividade com grande entusiasmo: “*Era São Pedro da Afurada, nem vínhamos à rua, víamos tudo da nossa janela. Assávamos ali nas galerias*” (L.P., 50 anos, feminino); “*Quando chegava a altura do São Pedro da Afurada, eu não ia para o rio, via da janela*” (M.L., 40 anos, masculino).

Compreendemos que todos os sítios são bons para conviver¹⁵, desde os cafés, sedes, associação de moradores, às entradas dos prédios, até a rua. A rua afigura-se como o local de eleição das convivências. O *estar* na rua permite o encontro e o (des)encontro, o contato real e intenso (Fernandes, 1997; Fischer, 1994). Concluímos que há uma forma coletiva de viver e apropriar o local. Assim, a vivência do bairro é marcada por um convívio constante,

¹⁵ Excetuando as zonas que se destinam à *atividade drug*. Fomos aconselhados, por vários atores, a não frequentar a torre um, “certas zonas onde era melhor não ir porque... por questões óbvias” (R.R., 19 anos, masculino).

trivial: *“Tínhamos lá uma roulotte que, por acaso, também era de nossos parentes, e passamos ali noite maravilhosas. Aquele convívio, pronto ali brincávamos, ali se fazia o São João, ali se faziam as nossas brincadeiras da nossa idade não é, de pessoas já adultas”* (O.R., 64 anos, feminino). Há uma percepção *das gentes* do Aleixo como unidas e sempre dispostas a ajudar o vizinho: *“Eu ainda hoje digo, não tem nada a ver... a gente ali era... Precisava disto precisava daquilo, ‘tavam sempre prontas pra tudo”* (L.P., 50 anos, feminino). Daqui resulta um sentimento de comunidade, de pertença, de segurança e de amparo, *“se houvesse algum problema, botavam logo a mão a socorrer e tudo”* (M.L., 40 anos, masculino), o que contrasta com o individualismo e isolamento da metrópole (Simmel, 1997). Em suma, percebemos que os atores se identificam com o bairro, o que se expressa através da forma como compreendem quotidianidades, vivem relações com vizinhos e como elegem locais de passagem comuns, nomeadamente a rua, como espaços de socialização.

O sentimento de pertença e comunidade não anula, contudo, a existência de diferenças e de conflitos: *“Também havia muitas discussões, muitas porradas. Às vezes tiros e facadas e aquelas coisas todas. Mas até era divertido. Quando não é com a gente, a gente, prontos...”* (M.R., 38 anos, feminino); *“Uma pessoa vinha à janela, havia barulhos que em todo bairro social há, olha já ‘tá ver cinemas”* (M.L., 40 anos, masculino). Percebemos, através dos discursos dos atores, que existe uma naturalização e normalização da violência. No fundo, “a quotidianidade de tais práticas e expressões acaba por normalizar a violência ao nível das relações interpessoais, criando-se um *ethos* local de cultura de violência” (Fernandes, 2014).

2.3. Gerir o estigma territorial - “Eu não dizia logo que era do Aleixo”

Com esta investigação compreendemos que morar no Aleixo comporta consequências psicossociais para os seus habitantes, parecendo existir entraves à vivência e afirmação da identidade de habitante do Aleixo. Estas consequências são, sobretudo, salientes na vida laboral, na qual há frequentemente a necessidade de ocultar esta identidade. Isto concretiza-se, por exemplo, na ocultação do local de residência em processos de seleção de trabalho, por receio de que isso constitua um critério de exclusão à contratação: *“Eu própria, quando arranjava um trabalho ou não sei quê, eu não dizia logo que era do Aleixo, porque há aquela discriminação”* (M.R., 38 anos, feminino). Mas não só na esfera laboral se verifica a necessidade de ocultar o local de residência. Também ao

nível das relações interpessoais extra bairro: *“Os amigos dele até, quando ele dizia, ai vim de minha casa, eles ficavam cheios de medo, não é?”* (M.R., 38 anos, feminino).

Wacquant (2006a) diz-nos que esta tentativa de ocultação do local da residência é comum, dado o estigma que está associado a estes locais.

Em suma, ser morador do Aleixo, comporta a necessidade de uma gestão identitária, ora ocultando o local de residência, ora mentindo em relação ao mesmo, ora evidenciando a identidade de forma plena e estabelecendo um corte radical com a cidade dominante. A identidade de ser morador do Aleixo sai, portanto, desqualificada.

2.4. Ligações ao Bairro do Aleixo

Conseguimos perceber que a ligação ao bairro se subdivide em dois discursos. Por um lado, há pessoas que relatam ter uma ligação ao bairro que consideram forte: *“Nós, uma ligação ao bairro do Aleixo, nós tínhamos uma ligação enorme, defendíamos o Aleixo com unhas e dentes, tínhamos uma ligação enorme. Claro que saímos contrariados.”* (M.L., 40 anos, sexo masculino) Por outro lado, nos atores que não apresentam este discurso, percebe-se que não existe uma ligação ao bairro, mas sim à zona espacial no qual este se inscreve: *“De certa forma, eu gosto da zona, a zona ainda é a mesma. Mas o bairro em si não era muito ligado, porque eu não conhecia muita gente de lá, fora a minha família por isso, à zona sim sou, ao bairro em si não. Não, porque não conhecia muita gente”* (R.R., 19 anos, masculino).

Compreendemos que a ligação ao bairro era mais acentuada quando os indivíduos frequentavam locais de convívio e viviam quotidianamente o bairro. Neste sentido, compreende-se que viver o bairro é ser parte ativa de uma vida coletiva e em comunidade, que se concretiza no convívio regular com outros habitantes do Aleixo.

Conseguimos também encontrar atores que se afastaram propositadamente desta vivência comum e coletiva do bairro, pois, embora a percecionem como positiva devido ao amparo, à entreatajuda, ao sentimento de união, lembram que pode ser *perigosa e tentadora*. Tivemos oportunidade de entrevistar¹⁶ M.R. e R.R. (mãe e filho):

“Perguntei a R.R., como era a sua ligação ao bairro do Aleixo. M.R interpela o filho dizendo que ele não era ligado ao Aleixo. R.R reage dizendo que é o seu momento de ser entrevistado e que quer ser ele a responder. E explica-nos que tem uma ligação muito forte à zona, que se manteve, devido à habitação atribuída ser na mesma zona, mas uma fraca ligação ao bairro do Aleixo, devido à maioria das suas relações serem externas ao bairro. Após esta intervenção de R.R, a sua mãe explica-nos que

¹⁶ Realizámos a entrevista a R.R e a M.R, na sua casa. No momento em que entrevistávamos R.R, M.R fazia o jantar. Sendo que sempre que tinha *uns minutinhos*, sentava-se no sofá da sala connosco, o que permitiu que fosse participando na entrevista do filho.

sempre teve a preocupação de criar o filho de maneira distinta, afastando-o de amizades, relações e locais do bairro [Notas de Terreno].

«Há aquelas mulheres que depois não trabalham e não sei quê e passam a vida na rua não é? E os filhos também são criados na rua... Ele foi criado assim um bocado diferente. Andou numa escola que não era lá, andava lá em baixo na Foz. (...) Os amigos dele não eram daqui, não andavam com os miúdos lá do bairro, portanto ele, nesse aspeto, não ... não sentiu assim grande...» (M.R., 38 anos, feminino).

Achamos interessante compreender como, apesar de M.R. percecionar a sua infância e adolescência - vividas também no bairro do Aleixo - como períodos positivos e felizes, realiza um esforço ativo por descentrar as vivências de R.R. do bairro. Equacionámos estar perante uma consciência de que o Aleixo é um espaço que comporta riscos à concretização de um futuro bem-sucedido. Esta consciência conduz a um esforço ativo, por parte de M.R., de minimização desse risco, procurando que o filho estabeleça redes de sociabilidade extra bairro, existindo um corte relacional propositado com a vivência do Aleixo.

3. Vivências de um processo de Realojamento

3.1. A nova habitação - “Em termos de habitação não ‘tamos mal, mas não era aqui que queria estar.’”

Os atores com quem contactámos dizem-nos que agora vivem numa habitação melhor, salientando a conservação dos prédios, dos espaços circundantes e das habitações em si: “*A casa é melhor*” (R.R., 19 anos, masculino). A *nuance* neste discurso surge apenas nos casos em que passaram de uma tipologia habitacional maior para uma menor. Excetuando, portanto, a alteração de tipologia, todos os atores demonstram estar satisfeitos com as suas novas habitações: “*As casas são boas, mas não gosto (...) em termos de habitação não ‘tamos mal, que as casas são boas, mas não era aqui que eu queria estar*” (M.L., 40 anos, masculino). A habitação reveste-se desta forma de um carácter positivo, facilitando a apropriação. Contudo, apesar de estarem numa habitação melhor, os atores não deixam de referir com alguma tristeza e saudosismo as paisagens que não mais vislumbram: “*E os terrenos, as vistas que nós tínhamos. Aqui não vejo nada. Aqui vejo quatro paredes, prédio, prédio, prédio, prédio*” (A.R., 28 anos, feminino); “*Não gosto daqui. Porque aqui uma pessoa abre a porta e vai ali à coisa e não vê*” (M.L., 40 anos, masculino). Os atores ainda destacam o ambiente do *novo bairro*, que é percecionado

como sendo mais calmo do que o Aleixo, demarcado por dinâmicas sociais e relacionais distintas: “*Acho que não tem comparação. É totalmente diferente, é um bairro sossegado pacato*” (O.R., 64 anos, feminino); “*Prontos, é... É sossegado, mas não gosto daqui*” (M.L., 40 anos, masculino). No *novo bairro* as portas encontram-se fechadas, à semelhança do que ocorre na cidade dominante. No fundo, trata-se de uma delimitação do espaço privado, da procura de privacidade e de um afastamento em relação à vivência comunal: “*Há pessoas que p’ra mim se sentem donos do bairro. Desde que, segundo ouço dizer, fecharam porque isto também era aberto, as entradas, ‘tá perceber? Fizeram obras, agora devem pensar que isto é a Foz, ‘tá perceber?’*” (M.R., 38 anos, feminino). Os atores, percecionam *este fechamento de portas* como negativo, comparativamente ao Aleixo, onde as portas se encontravam abertas, o que facilitava e impulsionava o convívio e a interação, “a abertura tem a ver com esse valor social que é a disponibilidade, a comunicação; ao deixar a sua porta aberta, indica-se de facto a sua abertura a outrem” (Fischer, 1994, p.58). Os resultados encontrados tanto por Pinto (1994), como por Fernandes (2008), vão ao encontro do que agora descrevemos. Assim sendo, consideramos interessante sublinhar como as pessoas têm acesso a condições habitacionais melhores, não obstante, “um espaço só existe na medida em que é vivido, ou seja em ligação com uma experiência emocional que o vai preencher, habitá-lo com a sua acção, com os seus fantasmas” (Fischer, 1994, p.46). Deste modo, uma melhor habitação, por si só, demonstra-se insuficiente para que os atores se sintam satisfeitos com o local que habitam. Acresce que os nossos atores ainda se encontram bastante isolados no *novo bairro*, afastados das sociabilidades. Então, não é difícil compreender que sintam “*o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro*” (Pinto, 1994).

3.2. A droga não foi Realojada - “Droga há lá e há aqui.”

Relativamente ao *novo bairro*, os atores pronunciam-se em relação à existência de atividades de comércio e consumo de drogas. Consideramos importante salientar o tom com que os atores se referem a esta existência, pois o discurso é pautado pela ironia e sarcasmo. Este discurso de sátira e crítica prende-se com o facto de a droga, tão associada à imagem negativa do Aleixo e por conseguinte à sua demolição, estar também presente no *novo bairro*. Assim, dos discursos emerge a ideia de que as práticas relacionadas com o comércio e o consumo de drogas são um fenómeno omnipresente nos bairros, embora seja mais visível nuns do que noutros: “*Droga há lá e há aqui. Aqui ‘tá mais escondida e, prontos, em menor número, não é?’*” (M.R., 38 anos, feminino).

3.3. Impacto do fenómeno - “*Mas daqui bem que uma pessoa podia estar a morrer que não deitam a mão a ninguém.*”

Relativamente ao impacto do fenómeno, obtivemos um discurso uníssono no que toca à quebra de laços entre moradores, dada a dispersão atual pelos restantes bairros. Esta dispersão provocou um desmantelamento de redes de vizinhança antigas e sedimentadas (Pinto, 1994). Por conseguinte, a vivência em comunidade e o sentimento de pertença, associados ao Aleixo, não são vividos da mesma forma no *novo bairro*, o que parece produzir um sentimento de solidão associada ao isolamento social. Este isolamento concretiza-se numa vivência que, por não ser feita em coletivo e não se marcar pelo convívio, leva à adoção de comportamentos e estratégias passivas, tais como ocupar o tempo livre a dormir: “*Aqui é muita solidão, chego de trabalhar, entro dentro de casa e acabou. Acabei mesmo agora de acordar. É isto a minha vida. Chego a casa, descanso*” (M.L., 40 anos, masculino).

O isolamento é sentido de forma mais acentuada pelas pessoas que têm limitações ao nível da mobilidade: “*Não temos nenhum café. P’ra pessoas que estejam acamadas... aquele senhor ali como o meu pai que ‘tá numa cadeira de rodas. Devia haver aqui uma coisa para essas pessoas que se custam a deslocar. Para essas pessoas não ‘tarem ali...*” (M.L., 40 anos, masculino). Com a saída do Aleixo, a sua rede social sofre um corte. Consequentemente, há uma alteração das rotinas imposta por constrangimentos ao nível do acesso aos locais de convívio social, o que condiciona a criação de relações no *novo bairro*: “*O meu pai, desde que nós viemos para aqui ficou um bocado afetado porque não gosta daqui. (...) Para o meu pai às vezes aliviar um bocado a cabeça. Lá no Aleixo, ele saía, vinha para o café distraía-se. Desculpe lá o termo falar assim, era uma caralhada para aqui outra caralhada para ali. Aqui não, uma pessoa não pode dizer nada*” (M.L., 40 anos, masculino).

Deste modo, os atores caracterizam a dinâmica vivencial do *novo bairro* como sendo marcada por um maior individualismo e, por conseguinte, um menor sentimento de pertença, amparo e segurança: “*Se for a ver ainda conseguimos ser mais unidos do que estes daqui. Aqui não há união aqui. Aqui, entram dentro de casa acabou-se. Se uma pessoa tiver aflita ninguém nos deita a mão*” (M.L., 40 anos, masculino).

No palco desta nova dinâmica, os habitantes do *novo bairro* são percecionados de forma mais negativa em comparação aos do Aleixo: “*Em termos de pessoas, talvez as daqui, aqui são mais falsas e olham assim mais de lado*” (M.R., 38 anos, feminino).

Da mesma forma, os atores consideram que o facto de serem provenientes do Aleixo tem implicações no modo como são percecionados pelos habitantes do *novo bairro*. Assim, o rótulo “Aleixo” é interpretado como motivador de conflitos e discussões com os restantes habitantes: “*É diferente, é pior, já tive problemas, já tive barulhos, já... situações diferentes. Aqui, o mal deste bairro é: é do Aleixo já é esta, é aquela, já somos vistas com outros olhares. Foi também um bocado por isso que se gerou os problemas que tive neste bairro. Por causa da reação que as pessoas têm às pessoas do Aleixo*” (A.R., 28 anos, feminino). Parece existir, associado a este rótulo, uma desconfiança e uma atitude repreensiva face às pessoas do Aleixo, o que dificulta a interação e a integração: “*E aqui há vizinhança que se retrai, parece que tem medo do pessoal do Aleixo. Mas o pessoal do Aleixo, não somos animais nenhuns*” (M.L., 40 anos, masculino).

Em suma, a identidade grupal, que no Aleixo era protetora, passa a ser rótulo e motor de conflitos no *novo bairro*. A vivência que se fazia em coletivo passa a fazer-se em singular, a união e a entreatajuda dão lugar ao isolamento: “*Aqui uma pessoa chateia-se, não há ninguém. Mesmo que veja, não veja, não há ninguém, ninguém faz nada. Aqui não há nada. Não há nada*” (A.R., 28 anos, feminino). Estamos perante uma não identificação com as dinâmicas relacionais e quotidianidades do *novo bairro*, o que condiciona a apreensão e apreciação do espaço. A perda ou fragilização das redes de sociabilidade anteriores ao realojamento “traduz-se de forma negativa na construção da identidade com os novos espaços, gerando condições para um maior isolamento social e urbano” (Pinto, 1994, p. 40). Desta forma, os atores fazem uma vivência de lugar marcada pelo isolamento, o que, por seu turno, dificulta, em grande medida, o estabelecimento e aprofundamento de relações sociais. Este isolamento tem ainda implicações ao nível do sentimento de segurança, que diminui devido ao interconhecimento quebrado e controlo social informal enfraquecido, condicionando a apropriação do espaço habitacional. É importante recordar que este resultado também foi encontrado por Fernandes (2008). Considerando, as poucas relações que os atores têm no *novo bairro*, a casa passa a ocupar um espaço central nas suas vidas, sendo que o uso da rua enquanto lugar de sociabilidades desvanece-se: “*Eu vivo aqui é em casa. Lá no Aleixo ‘tava sempre na rua. Aqui ‘tou metida em casa*” (A.R., 28 anos, feminino). Este resultado é descrito por Freitas (1994): “Enquanto nos cenários anteriores o centro da sua vivência quotidiana era a casa com extensão para a rua e, portanto, para o Bairro, em situação de realojamento (...) o centro vital destas populações passa a ser predominantemente a casa” (Freitas, 1994, p.30).

3.3.1. A(s) Morte(s) do Aleixo - “Morreu de desgosto, minha querida.”

Enquanto conversávamos com os atores, começámos a perceber que, falar em saída do Aleixo, era falar de mortes. Inicialmente, achámos que se tratava, de alguma forma, de uma maneira simbólica de se referirem à demolição, assemelhando-a a um fim. A demolição do Aleixo seria assim a sua morte. Contudo, explorando esta questão, fomos ouvindo alguns relatos que nos davam conta da morte física de pessoas, morte esta que era atribuída e explicada devido à obrigatoriedade de sair do Aleixo: “*Eu conheço muita gente que, saiu dali, morreu*” (A.R., 28 anos, feminino).

“Pessoas de oitenta, setenta e tal anos, saíram dali com aquela coisa de mudar de casa, de os ambientes serem diferentes, não aguentaram. Só no mesmo ano que saímos dali, morreram logo quatro amigos nossos. O Z., um senhor cheio de vida, saía todos os dias p’ra dar a sua caminhada, tudo, tudo. Saiu dali, no espaço de um ano, o homenzinho morreu. Uma grande depressão. Eles desgraçaram a vida de muita gente, destruíram mesmo” (L.P., 50 anos, feminino).

“Enquanto seguíamos caminho para Lordelo do Ouro de autocarro, a Dona H., conta-me que a sua cunhada tinha morado no Aleixo e tinha saído de lá devido à demolição. Contou-me que o seu irmão andava muito doente, com *males* de dentro e não aguentou sair do Aleixo, e que morreu cerca de um mês antes da saída. Nas suas palavras o seu irmão: Morreu de desgosto, minha querida»” (H., feminino) [Notas de Terreno].

Aqui, podemos verificar algumas consequências que já anteriormente relatámos, tais como o desmantelamento de redes de sociabilidade, o isolamento social e a mudança de rotinas. Neste sentido, é ainda importante referir, que para “algumas populações o bairro é o lugar de enraizamento total e quase exclusivo” (Gonçalves, 1988, p.28). Para essas populações, o *sair* implica necessariamente falar em morte relacional.

Revisitando a literatura, compreendemos que falar de mortes relacionadas com processos de deslocação de populações não se constituiu como uma novidade:

Numa operação de renovação em Paris, Coing (1966) concluiu que “a deslocação imposta conduziu à morte relacional e mesmo física de pessoas que lá habitavam em casas velhas, desconfortáveis e mal equipadas” (Coing 1966 citado por Gonçalves 1988, p.28). Também em Portugal há registo de mortes relacionadas com processos de realojamento: “«o caso de três velhotas que foram transferidas das ilhas para um bairro. Não se conheciam, mas foram «arrumadas» na mesma casa (T3). Morreram, entretanto, duas delas, e a outra vai ser de novo transferida»” (Gros, 1994, p.88).

Não nos cabe a nós aferir se o realojamento é a causa da morte. Compete-nos, sim, relatar as percepções que os atores têm em relação às mortes e se nos dizem que as pessoas

morrem devido à obrigatoriedade de saírem do Aleixo, podemos pelo menos compreender que o Processo de Realojamento do bairro do Aleixo se assume como “*destruidor da vida de muitas pessoas*” e, portanto, como um processo com uma forte ressonância emocional.

3.3.2. O Realojamento no plural - “Agora a sorte é que morro antes, se não ainda ia viver p’ra me correrem daqui”.

Conseguimos, durante o trabalho de terreno, cruzar-nos com atores cuja palavra realojamento se pronunciava necessariamente no plural. O realojamento, para eles, não era só este do bairro do Aleixo, mas também, o da Ribeira-Barredo. O que têm em comum e o que os afasta? Quais as implicações nas suas histórias de vida? Foram questões que nos ressaltaram ao pensamento.

Com um dos atores só nos encontrámos uma vez, por termos percebido que, ao partilhar connosco certas experiências, estava a (re)viver o sofrimento a elas associado. “A ética de uma investigação deste género, mede-se na relativização do nosso objetivo em prol do fluir de circunstâncias e do *estado* dos outros - de repente, a nossa investigação, é uma vírgula, e não devemos insistir, é demasiado doloroso e marcante para falar” [Notas de Terreno]. E assim fizemos. Respeitámos o G.G. e aquela singular conversa, que com ele tivemos, bastou-nos para acedermos à experiência de viver e reviver o realojamento. Aqui deixamos a perspetiva de G.G.:

“É simples, daqui a uns anos mandam este abaixo, p’ra meter aqui turistas ou tornar isto uma zona chique e correm comigo. Muitos colegas meus morreram, sabes? Morreram, e foi de desgosto, de não aguentarem, acreditas? Eu, quando saí da Ribeira fiquei triste. O Aleixo era prédios enormes, lá vivíamos de portas abertas, ‘távamos todos no zero, à porta da rua. Vir para aqui foi ficar mais afastado. Depois habituei-me aqui, e fui feliz aqui. Os meus filhos foram nascidos e criados aqui, e hoje são homens e mulheres em condições. Já tenho 3 netinhos. Aqui era bom. Havia problemas e confusões, mas havia sempre um vizinho. (...) Agora a sorte é que morro antes, se não ainda ia viver p’ra me correrem daqui. A cidade do Porto já pouco tem p’ra crescer, é só prédios. Eu é que já vou ‘tar na cova, mas acho que vai chegar um dia que pegam nos pobres e metem-nos em Gaia [ri-se]. ‘Tou a exagerar, mas olha que nem era de admirar, pois não? [ri-se]. Às tantas, nem se lembraram disso...” (G.G., 70 anos, masculino).

G.G. dos seus longos 70 anos, conta-nos o realojamento no plural. Encerra o seu discurso sobre realojamentos, dando pistas, em tom de sátira, para futuras operações de gestão urbana.

Este *clima de quem será o próximo* é sintomático do sentimento de incerteza e vulnerabilidade e encontra-se presente não só em quem conta realojamentos no plural. Também os nossos restantes atores, que vivenciaram um único processo de realojamento,

exprimem o sentimento de incerteza e *adivinhação*, notando-se assim uma certa banalização e eminência do fenómeno: “*Do Tarrafal, que foi o mesmo que o nosso, também foi da droga, depois foi p’ro Aleixo agora vamos ver. Agora vamos ver qual é o próximo. Quer dizer, agora não há próximo, agora ‘ta espalhada [a droga] por todo lado, era o que ele queria, espalhou*” (L.P., 50 anos, feminino).

3.4. “Trocar os Pobres pelos Ricos - Nós não temos direito a ter uma vista tão bonita e de morar assim num lugar...”.

A frase que elegemos para este subtítulo resume a forma como os atores interpretam a demolição e o Realojamento do bairro do Aleixo, que passamos a expor.

Os atores consideram que a demolição do bairro se deve, em grande medida, ao valor do terreno, constituindo uma oportunidade de negócio. Ou seja, o bairro do Aleixo é percecionado como estando situado num terreno privilegiado, sendo necessário retirar de lá os moradores para tornar possível o seu aproveitamento de forma lucrativa.

“Segundo o que eu ouvi, eu não li papelada nenhuma, mas o terreno valia muito e eles queriam-nos tirar de lá, não por causa do problema da droga que era o que eles diziam, mas porque queriam vender o terreno e como nós ‘távamos lá eles não podiam fazer isso, tipo mandar-nos todos embora num dia então eles fizeram aquilo durante meses, foram-nos mandando embora (...) É óbvio que aquilo vale bastante dinheiro pela vista que tem e pelos prédios que estão lá adjacentes” (R.R., 19 anos, masculino).

Esta perceção contrasta com os motivos dados pela autarquia para a demolição: a droga e a degradação das estruturas. Os moradores não entendem estes motivos como legítimos, uma vez que a droga, para além de existir desde sempre no Aleixo, existe nos outros bairros sociais: “*Há quantos anos já havia droga no Bairro do Aleixo? Não me venham dizer que é da droga, que é da droga, que ali já havia droga, há muitos anos. Aquilo é um jogo de interesses*” (M.L., 40 anos, masculino). Além disso, se o motivo fosse este, ter-se-ia demolido a primeira torre, epicentro da atividade de comércio e consumo de drogas: “*Aquilo não foi por causa da droga. Ele deitou aquelas torres abaixo. A torre da droga ‘tá lá. E agora pergunto-me a mim porquê que ele tirou as pessoas de lá e deixou ficar aqueles? Pancadaria velha quando eles derem a uns e não derem a outros*” (O.R., 64 anos, feminino). Ao invés, esta torre permaneceu: “*O Rui Rio era a primeira torre, era a primeira torre, mas não começou pela primeira. Começou pela quinta e pela quarta. E ela ainda continua lá. (...) P’ra isso, metia logo abaixo a primeira torre*” (A.R., 28 anos, feminino).

Por outro lado, a degradação como motivo também carece de legitimidade segundo os atores, uma vez que a solução para este problema passaria por uma reabilitação estrutural e não pela demolição. Se, ainda assim, a degradação pudesse explicar a demolição para evitar a existência de custos em obras de reabilitação, não explica, contudo, o realojamento: *“Ele começava a construir ali onde é a EDP, na parte de baixo, uns prédios como ele diz de 3 andares, mas não, monetariamente aquele terreno dá muito dinheiro, que é pra fazer continuação de quem vem de Massarelos, a apanhar uma Foz, uma marginal, ele não é burro”* (L.P., 50 anos, feminino). Ou seja, para os atores, se não existisse já um destino mais lucrativo pensado para o Aleixo, a solução teria passado por construir blocos habitacionais, semelhantes aos do bairro de Lordelo do Ouro, no local das torres, destinando assim o Aleixo aos seus moradores. Então, estes motivos parecem servir apenas como meios para legitimar uma ação motivada por motivos económicos: *“Ali devia de haver algum tipo, (...) prontos de negócio, que ele [Rui Rio], ou a câmara, alguém fosse beneficiar e ele também. Para mim era isso. Porque a droga sai dali e vai para ali literalmente ou p’ra outros lados. Portanto não foi essa a intenção dele. Depois foi alguma birra que lhe deu. Ele disse que sim e foi teimoso e foi até ao fim”* (M.R., 38 anos, feminino).

Em suma, na perceção dos atores, o Aleixo foi retirado aos seus moradores para dar lugar à construção de hotéis e condomínios de luxo, *trocando os pobres pelos ricos*: *“Para fazerem outros prédios e fazer hotéis ou algo do género, quer dizer, trocar os pobres pelos ricos. Nós não temos direito a ter uma vista tão bonita e de morar assim num lugar...”* (M.R., 38 anos, feminino). Posto isto, recordámos as palavras de Gonçalves “o problema das renovações parece residir no facto de elas suprimirem abruptamente certas utilizações e/ou certos utentes” (Gonçalves, 1988, p.21.).

3.5. Desertificação e destruição do Aleixo - *“Aleixo era bairro da droga eles meteram abaixo, agora aquilo ‘tá fim de mundo, parece um deserto e a droga continua lá na mesma”*.

Dos discursos emerge também um paradoxo inerente à demolição e realojamento. *“Aleixo era bairro da droga, eles meteram a baixo, agora aquilo ‘tá fim de mundo, parece um deserto e a droga continua lá na mesma”* (L.P., 50 anos, feminino). Esta operação de gestão urbana teve como propósito *limpar* o Aleixo e torná-lo mais seguro, mas verificou-se um efeito iatrogénico. Isto é, o processo de realojamento conduziu a uma desertificação do Aleixo, pela ausência de grande parte dos moradores que o habitavam. Enquanto o

processo de saída e realojamento tomava lugar, a atividade relacionada com a droga teve oportunidade de se expandir ocupando as habitações vazias: *“aquilo já está tudo abandonado, que eles metem-se onde houver buracos”* (O.R., 64 anos, feminino).

De um edifício com muitos habitantes e uma rede de suporte e interconhecimento estabelecida, passa-se a estar num edifício praticamente vazio, ocupado por atores das drogas: *“Morava-se no décimo segundo andar, andava-se quase doze andares que não morava ninguém. De sessenta e tal casas, só ‘tavam lá duas. Eram os tipos maiores, eles tiveram a aguardar a ver onde os metiam”* (A.R., 28 anos, feminino). Assim, a desertificação incrementou a presença de forasteiros e permitiu a expansão da atividade da droga: *“[os ressacas] que iam pra lá dormir. Já me começava a assustar, porque eu não as conhecia. Não quer dizer que me fizessem mal, que não faziam. Via as pessoas a subir o elevador e, de onde é esta cara, que eu não conheço, de onde é que vem esta cara? Se calhar até olhavam para mim a fazer o mesmo, quem é esta senhora? A gente como ‘tá sempre a pensar ...”* (O.R., 64 anos, feminino). Deste modo, um processo que procurou erradicar a droga do Aleixo, acabou por transformá-lo num espaço maioritariamente habitado por ela, com o controlo social informal diminuído e enfraquecido e, por isso, num lugar percecionado pelos atores como mais inseguro. *“O nosso presidente da câmara agora é que era: agora ou nunca, porque agora aquilo é que é doenças, agora é que é contagiar disto contagiar daquilo, aquilo é um deserto que está ali. Eles fazem o que querem ali, meia dúzia de pessoas que moram ali no bairro”* (L.P., 50 anos, feminino). *“Enquanto a gente não sai de lá, estamos naquele impasse, e quando será e aquele vai primeiro. E aquilo é assim, vai ficando até perigoso, porque as torres ‘tão vazias e têm os ressacados a dormir nos cantos. As pessoas falam, mas querem ser as primeiras a sair”* (M.R., 38 anos, feminino).

3.6. Alternativas à demolição do Aleixo - *“Que deixassem ficar as pessoas, que fizessem obras”*.

Os atores apontaram como única alternativa à demolição do bairro do Aleixo a requalificação dos prédios e dos espaços circundantes, com vista à permanência das pessoas do Aleixo no Aleixo. Deviam *“ajeitar o bairro e deixar-nos ficar lá a morar”* (M.L., 40 anos, masculino); *“que deixassem ficar as pessoas, que fizessem obras”* (A.R., 28 anos, feminino).

No entanto, por contraponto a um discurso que fornece alternativas à demolição, há também, no discurso de um dos atores, o reconhecimento desta como solução única e final: *“ali, já não havia nada para melhorar, as pessoas deixaram o bairro ir até à última”* (O.R., 64 anos, feminino).

No caso da demolição e realojamento serem um imperativo, os atores identificam algumas pistas para a condução deste processo. Por um lado, salientam a questão da escolha, ou seja, dos moradores poderem decidir se querem ou não sair: *“quem queria sair saía de livre e espontânea vontade, pra onde queria ir”* (L.P., 50 anos, feminino). Por outro, consideram que seria importante dar mais tempo às pessoas para se habituarem à ideia de terem que abandonar o bairro onde viveram, muitas delas, praticamente toda a vida. Ou seja, os atores consideram que devia ter-lhes sido concedido um maior interregno temporal entre a notícia e a saída efetiva.

Por fim, consideram que o processo de realojamento, ao ser feito, deveria ter tido em conta a manutenção das pessoas na mesma zona, *“E, para as pessoas que não quisessem sair, dar-lhes uma opção talvez de ficar na mesma zona (...) Não houve muitos como nós, que ficassem nesta zona aqui, que é para muitos a zona onde viveram a vida toda como eu”* (R.R., 19 anos, masculino). A dispersão das pessoas do Aleixo por vários bairros, uns próximos, outros afastados, culminou num corte abrupto com as redes de sociabilidade e rotinas existentes, que não aconteceria se se tivesse tido em consideração a manutenção de redes de vizinhança já sedimentadas aquando do processo de realojamento.

3.7. E agora, Aleixo?

Que cenário emerge, então, para o futuro do Aleixo? Em que culminam as narrativas dos atores? Há uma crença generalizada de que a demolição do bairro do Aleixo teve como objetivo a posterior construção de condomínios de luxo ou hotéis, com vista a tornar a zona, uma zona de ricos para ricos. Percebemos, através dos discursos, que é precisamente aqui que a revolta se instala. Isto é, a *troca dos pobres pelos ricos* e a consciência que os atores têm sobre isto, é palco de sentimentos como frustração e revolta que explicam grande parte dos comportamentos violentos aquando da demolição: *“reagi um bocado mal porque eu não queria sair de lá”* (M.L., 40 anos, masculino).

O cenário futuro do Aleixo é a não-existência de um futuro. Embora o espaço físico continue a existir, não voltará a ser o Aleixo, será outra coisa. Assiste-se à morte do Aleixo enquanto espaço de vivências em comunidade, ao luto de uma parte da identidade dos seus

moradores. Saem os pobres, fragmenta-se a identidade do local, abre-se espaço e caminho para *novos utilizadores*.

Epílogo

“*As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas*” (Guerra, 1994, p.11)

Correndo o risco de enveredarmos por *lugares* comuns resta-nos tecer algumas considerações, pois não poderíamos terminar sem proceder a uma síntese, que fala de limitações, mas também de *pistas para um entendimento* sobre esta operação de gestão urbana.

Começando pelas limitações ressalvamos que o nosso trabalho, embora tenha sido inspirado pelo método etnográfico, não respeita o seu pressuposto primordial - a presença prolongada do investigador no contexto. Ainda assim, esta dissertação permitiu-nos perceber, na prática, os benefícios do uso de uma abordagem proximal no estudo das cidades, pois, falar de cidade é falar de pessoas que efetivamente lhe dão vida. Neste sentido, estamos de acordo com Magnani (2002) quando afirma que se observa “a ausência dos atores sociais (...) Tem-se a cidade como uma entidade à parte dos seus moradores: pensada como resultado de forças econômicas transnacionais, das elites locais, de *lobbies* políticos, variáveis demográficas, interesse imobiliário e outros fatores de ordem macro; parece um cenário desprovido de ações, atividades, pontos de encontro, redes de sociabilidade.” (Magnani, 2002, p.14). Assim, defendemos a adequação das abordagens proximais, pois consideramos que só assim se pode *fazer* cidade de uma forma mais justa e participada. Pretendemos, desta forma, que este trabalho se revele também como defensor do resgate dos atores no estudo das (suas) cidades e de abordagens etnográficas.

Consideramos que poderia ser positivo dirigirmo-nos um maior número de vezes aos territórios, configurando, dessa forma, uma presença mais contínua e longitudinal, pois poderíamos estabelecer uma rede relacional mais alargada assim como aprofundar mais as relações com os atores.

Relativamente à dificuldade em sedimentar relações compreendemos que a dualidade *Nós* (investigadores do *Mundo Dominante*) e *Eles* (Habitantes do bairro social do *Mundo Desviante*) se fez sentir e teve influência quer no estabelecimento das relações quer na quantidade e qualidade de informação à qual tivemos acesso. Inicialmente os nossos atores tendiam a embelezar e romantizar as narrativas em torno da vivência de bairro social e de forma ainda mais pronunciada relativamente às vivências no bairro do Aleixo. No entanto,

com alguns dos atores conseguimos compreender que estes mecanismos de defesa perante os investigadores tendem a enfraquecer com a passagem do tempo e com o aprofundamento das relações. Entendemos que a construção e sedimentação de relações são processos habitualmente lentos e, ainda, que cada uma das relações que estabelecemos teve o seu próprio *timing*. Assim, apesar de estarmos pouco tempo conseguimos captar este fenómeno devido a relações que solidificámos e que ultrapassaram a dialética *Investigadores vs habitantes do bairro social*.

Percebemos *de perto e de dentro* algumas das singularidades das vivências de bairro social. Neste sentido, gostaríamos de sublinhar a urgência da desconstrução de discursos estigmatizantes e discriminatórios relativos a territórios e que se estendem aos seus habitantes. Estes discursos materializam-se em consequências bastante acentuadas na(s) vida(s) de muitos dos atores com quem nos cruzámos, manifestando-se, por exemplo, na identidade dos habitantes e na dificuldade acrescida em aceder a empregos do mercado de trabalho formal.

Conhecemos a história do realojamento e demolição do Bairro do Aleixo pela voz de atores que a vivenciaram. Conjuntamente, trilhámos um quadro descritivo e explicativo do fenómeno, percebemos as suas implicações e consequências ao nível dos seus relacionamentos, das suas vivências de bairro, das suas rotinas. Compreendemos a centralidade das relações com o *habitat*, com a rua e do sentimento de pertença a uma comunidade. Desta forma, consideramos que seria positivo procurar realojar com alguma continuidade ao nível relacional, ou seja, procurar não desmantelar de forma abrupta relações e redes de vizinhança já solidificadas. Pois, em caso de inevitabilidade de mudança de habitação, manter as redes de vizinhança, contribui para um menor isolamento social e para uma melhor vivência e recomeço no novo bairro.

Acedemos a discursos que nos foram dando conta da forma como as pessoas foram motivadas a *sair* do bairro do Aleixo. Este discurso, emanado pelas instâncias oficiais, assentava em duas premissas fundamentais. Uma delas era a escassez de tipologias habitacionais a atribuir e a outra dizia respeito à iminência do esgotamento dos fogos habitacionais disponíveis na mesma zona. Assim, era preferível *sair depressa*, ou aceitar correr o risco de ficar sem habitação ou tê-la noutra local da cidade, por ventura longínquo das suas famílias e das suas redes de suporte social. Percebemos que a *dádiva* de uma habitação *per si* é argumento mais do que suficiente para que não se possam *queixar*, mesmo que se sintam mal.

Apesar da distância temporal e das diferenças no ambiente sociopolítico, ouvir estes relatos fez-nos recordar uma racionalidade algo própria do Estado Novo, “[os realojados] reduzidos a meros objetos cuja colocação no espaço da cidade era decidida sem a mínima consideração nem pela sua vivência passada e presente, nem pelas aspirações” (Gros, 1994, p.88). No final deste caminho questionamos a contemporaneidade das palavras de Gros (1994), pensando se aquilo que é feito nos dias de hoje em matéria de realojamento é qualitativamente distinto ao que era feito no Estado Novo?

Conseguimos dar resposta à questão de investigação que inicialmente colocámos. Para os nossos atores, este processo de realojamento foi indutor de sofrimento psicológico, de uma grande ressonância emocional, que se manifesta nomeadamente através do isolamento social.

Terminamos este processo com o surgimento de muitas e novas questões, nomeadamente relativas à vivência de bairro. Questionamos se será que não estamos, enquanto sociedade, a menosprezar o potencial a nível comunitário da vivência de bairro em prol da sua *diabolização*? Percebemos que fazer pesquisa de terreno também é isto, descobrir *in locu* novas questões. Em suma, consideramos que com esta investigação produzimos conhecimento que, mais que conhecimento, gerou novos desconhecimentos.

Cientes de que relativamente às “*formas de fazer cidade*” há muitas questões que se colocam concluímos com uma última questão: estaremos numa época de se (re)erguerem as vozes sobre *o direito à cidade*? (Lefebvre, 2012).

Referências Bibliográficas

- Almeida, P. (1994). Habitação: a Produção de um Conceito. *Sociedade e Território*, 20, 110-114.
- Altman, I. (1973). Some perspectives on the Study of Man-Environment Phenomena. In Proshansky, H., Ittelson, W. & Rivlin, L. (orgs). *Environmental Psychology: People and their physical settings* (2nd ed.) (pp. 27-36). Oxford: Holt.
- Alves Costa, A., Siza, A., Guimarães, C., Souto Moura, E., Correia Fernandes, M. (1979). SAAL/Norte: Balanço de uma experiência. *Cidade/Campo*, 2, 16-41.
- Bachelard, G. (1971). *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (1977). *A análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Blumer, H. (1982). *El interaccionismo simbólico: Perspectiva y método*. Barcelona: Hora.
- Burgess, R. (1997). *A pesquisa de terreno: Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Cachado, R. Á. (2013). O Programa Especial de Realojamento: Ambiente histórico, político e social. *Análise social*, (206), 134-152.
- Cachado, R., (2011) Realojamento em zonas de fronteira urbana. O caso da Quinta da Vitória, Loures. *Fórum Sociológico* (21), 23-31.
- Capucha, L. (1990). Associativismo e modos de vida num bairro de habitação social. *Sociologia. Problemas e Práticas*, 8, 29-41.
- Costa, A. F. (1987). A pesquisa em terreno em Sociologia. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. *Metodologia das Ciências Sociais* (2^a ed.) (pp. 129-148). Porto: Edições Afrontamento.
- Creswell, J. (1998). *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Traditions*. USA: Sage Publications.
- de Matos, F. L. (2006). Algumas reflexões sobre o PER no Grande Porto. In *Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa-Portugal: Territórios e Protagonistas*, 1-20.
- Decreto de Lei da Constituição n° CRP 1976 de 10 de Abril de 1976 artigo 65. Constituição da República Portuguesa
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2006). *O Planeamento da pesquisa qualitativa: Teorias e abordagens* (2^a ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Elali, G. A. (1997). Psicologia e arquitetura: Em busca do lócus interdisciplinar. *Estudos de psicologia*, 2(2), 349-362.

- Fernandes, L & Neves, T. (2002). Controlo da marginalidade, violência estrutural e vitimações colectivas. In Machado, C. (coord.). *Novas formas de vitimação criminal* (pp. 315-335). Psiquilibrios: Braga.
- Fernandes, L. & Araújo, T. (2012) Trabalhos de margem no centro da urbe: o arrumador de automóveis. *Etnográfica*, 16, 5-30.
- Fernandes, L. & Ramos, A. (2010). Exclusão social e violências quotidianas em “bairros degradados”: etnografia das drogas numa periferia urbana. *Toxicoddependências*, 16(2), 15-27.
- Fernandes, L. (1990). *Os Pós modernos ou a Cidade, o Sector Juvenil e as Drogas*. Trabalho científico para efeitos de Provas de Aptidão pedagógica e Capacidade Científica. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/15119>
- Fernandes, L. (1995) O Sítio das Drogas. Etnografia urbana dos territórios psicotrópicos. *Toxicoddependências* (2), 22-32.
- Fernandes, L. (1997). *Actores e Territórios Psicotrópicos – etnografia das drogas numa periferia urbana*. Tese de Doutoramento da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/18145>
- Fernandes, L. (1997). *Etnografia urbana das drogas e do crime*. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- Fernandes, L. (2002). Um diário de campo nos territórios psicotrópicos: as facetas da escrita etnográfica. In *O Sítio das Drogas*, 23-40. Lisboa: Editorial Notícias.
- Fernandes, L. (2006). Figuras da vitimação colectiva. *Revista Europeia de Inserção Social*, 1(1), 57-78.
- Fernandes, L. (2014). A exclusão social como revelador das relações entre violência estrutural e violência quotidiana. *Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia*, 19(1), 175-186.
- Fernandes, T. (2008). *Filhos da Ribeira, pais do Aleixo: Imagens e vivências do bairro enquanto espaço psicossocial da urbe*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Portugal.
- Ferreira, A. F. (1994). Habitação social: Lições e prevenções para o PER. *Sociedade e Território*, 20, 8-10.
- Fischer, G. (1994). *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Fischer, J., Bell, P. & Baum, A. (1984). *Environmental psychology* (2nd ed.). New York: CBS college publishing.
- Flick, U. (1998). *An introduction to qualitative research*. Sage Publications.
- Freitas, M. J. (1994). Os paradoxos do realojamento. *Sociedade e Território*, 20, 26-34.
- Gonçalves, A. (1988). Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais. *Revista da Faculdade de Letras, Geografia*, 4, 15-32.
- Gonçalves, T. M. (2009). Habitação e sustentabilidade urbana. *Revista Invi*, 24(65), 113-136.
- González, M. (2012). *Matar al “Chino”. Entre la revolución urbanística y el asedio urbano en el barrio del raval de Barcelona*. Tese de doutoramento da Faculdade de Geografia e História, Universidade de Barcelona, Espanha.
- Graham, L., Padilla, M., Lopez, W., Stern, A., Peterson, J. & Keene, D. (2016) Spatial stigma and health in postindustrial Detroit. *International Quarterly of Community Health Education*, 1-18.
- Gros, M. C. (1994). “Pequena” história do alojamento social em Portugal. *Sociedade e Território*, 20, 80-90.
- Gubba, E. (1990). *The paradigm dialog*. London: Sage Publications.
- Guerra, I. (1994). As Pessoas não são Coisas que se Ponham em Gavetas. *Sociedade e Território*, 20, 11-16.
- Guerra, P. (2002). Cenários portuenses de insegurança. Contributos do interaccionismo simbólico para uma análise da construção mediática do desvio. *Revista da Faculdade de Letras, História*, 3, 125-159.
- Guerra, P. (2004). Elementos para a redefinição de um objecto de estudo complexo: O caso da zona oriental portuense. In *Sociedades contemporâneas: Reflexividade e acção: Actas dos ateliers do V congresso português de sociologia*, 116-124. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Hammersley, M. & Atkinson, P. (1983). *Ethnography, Principles in practice*. New York: Tavistock publications. In Stokols, D. & Altman, I. (orgs) *Handbook of environmental psychology*. (1987) (vol 2) (pp.). Cichester: John Willey & Sons.
- Ittelson, W. H., Proshansky, H. M., Rivlin, L. G., & Winkel, G. H. (2005) Homem ambiental. *Serie: Textos de Psicologia Ambiental* (14), 1-9. Brasília.
- Lagache, D. (1949). *A unidade da psicologia*. Lisboa: Edições 70.
- Lefebvre, H. (2012). *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre.

- Lima, M. L. & Sautkina, E. (2014). Psicologia ambiental: Um esboço sobre o seu desenvolvimento em Portugal e no mundo. *Psicologia*, 21(2), 5-16.
- Magnani, J. (2002). De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(49), 11-29.
- Moser, G. (1998). Psicologia ambiental. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 121-130.
- Neves, T. (2006). A etnografia no estudo do desvio. In *Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção: Actas dos ateliers do V congresso português de sociologia*, 96-101. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Ornstein, S. W. (2005). Arquitetura, urbanismo e psicologia ambiental: Uma reflexão sobre dilemas e possibilidades da atuação integrada. *Psicologia USP*, 16(1/2), 155-165.
- Paugam, S. (2003). *A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Porto: Porto Editora.
- Pereira, G. (1994). Casa e Família. As “ilhas” no Porto em finais do séc XIX. *População e Sociedade*. 2, 159-183.
- Pereira, V. (2003). Uma imensa espera de concretizações... Ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 13, 139-147.
- Pereira, V. (2011). A política de habitação do Estado e os seus efeitos sociais no Porto contemporâneo: uma perspectiva sintética e panorâmica. In Santos, C. (coord.). *Família, espaço e património*, 547-564. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».
- Pinto, T. (1994). A apropriação do espaço em bairros sociais: O gosto pela casa e o desgosto pelo bairro. *Sociedade e Território*, 20, 36-43.
- Queirós, J. (2007). Estratégias e discursos políticos em torno da reabilitação de centros urbanos. *Sociologia. Problemas e Práticas*, (55), 91-116.
- Queirós, J. (2015). *No Centro, à Margem. Sociologia das intervenções urbanísticas e habitacionais do Estado no centro histórico do Porto*. Porto: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, C. (2002). *O Porto desigual e a transacção entre personagens e lugares – o Centro Histórico, a ‘Ilha’ e o Bairro Social*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Roehe, M. (2006). Uma abordagem fenomenológico-existencial para a questão do conhecimento em psicologia. *Estudos de Psicologia*, 11(2), 153-158.
- Santos, B. (1989). *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. (2001). *Um discurso sobre as ciências* (12ªed.). Porto: Edições Afrontamento.

- Simmel, G. (1997). A metrópole e a vida do espírito. In Fortuna, C. (org.). *Cidade, Cultura e Globalização*, 31-43. Celta Editora: Oeiras.
- Spradley, J. (1979). *The Ethnographic interview*. Belmont: Wadsworth.
- Stokols, D. & Altman, I. (1987). *Handbook of Environmental Psychology*. New York: John Wiley & Sons, Inc.
- Vala, J. (1987). *A análise de conteúdo*. In Silva, A. & Pinto, J. (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Valera, S. (1996). Psicologia Ambiental: bases teóricas y epistemológicas. In Iñiguez, L. & Pol, E. (Eds.). *Cognición, representación y apropiación del espacio. Psico-socio Monografies Ambientals*, 1-14. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.
- Velho, G. (1974). O estudo do comportamento desviante: A contribuição da antropologia social. In Velho, G. (org.). *Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social*, 11-28. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Wacquant, L. (2006a). A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, 27-39.
- Wacquant, L. (2006b). Ghetto, Banlieue, Favela, etc. Tools for rethinking urban marginality. In *Urban Outcasts: A Comparative Sociology of Advanced Marginality*, 1-12. Cambridge: Polity Press.
- Whyte, W. F. (2005). *Sociedade de Esquina: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Outras Referências

- Buster (2013). *Aleixo* [ficheiro em vídeo]. Acedido em março, 16, 2016 em <https://www.youtube.com/watch?v=KTbJkFZAbvw>
- Câmara Municipal do Porto (2008, Julho 17). *Bairro do Aleixo – o fim de uma «chaga» social e urbanística* [ficheiro em vídeo]. Acedido em setembro, 21, 2016 em <https://www.youtube.com/watch?v=UGVR7clfv5Y>
- Carvalho, P. (2009). Rui Rio adia a demolição do Aleixo para o próximo mandato. *Público*. Acedido a setembro 20, 2016 em www.publico.pt/local/noticia/rui-rio-adia-demolicao-do-aleixo-para-o-proximo-mandato-1400030
- Dias, T. (2008). Bairro do Aleixo: A História como factor que não pode ser ignorado. *Jornalismo Porto Net*. Acedido em março, 17, 2016 em

<https://jpn.up.pt/2008/08/14/bairro-do-aleixo-a-historia-como-factor-que-nao-pode-ser-ignorado/>

Domus Social (2014). *Habitação*. Acedido em agosto, 10, 2016 em <http://www.domussocial.pt/habitacoes/c/bairros>.

Nicodemos, J. (2016, janeiro). Workshop: O psicólogo diante de sujeitos em situações de vulnerabilidade: o uso abusivo de drogas, as ruas e os cuidados institucionais possíveis.

Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade do Porto.

Anexos

Anexo 1. Guião das entrevistas conduzidas com os atores

Área Temática	Objetivos
Introdução	- Explicar os objetivos do estudo, tratamento das questões de anonimato e confidencialidade e gravação áudio das entrevistas.
Ficha do Ator	- Obter uma breve caracterização sociodemográfica dos atores entrevistados.
Bairro social	- Perceber como é descrito um bairro social. Que perceções têm os atores sobre este tipo de habitação. - Que características lhe são associadas. Como é viver num bairro social. Como são percecionados os moradores dos bairros sociais.
Aleixo	- Compreender como é descrito o bairro do Aleixo, a nível ambiental e estrutural. - Frequência de locais de sociabilidades comuns. - Relações interpessoais. - Expetativas em relação ao futuro do bairro do Aleixo. - Como era viver no Aleixo. O que o distingue e aproxima dos outros bairros sociais.
Realojamento	- Como é descrito o <i>novo bairro</i> . - Que significados são atribuídos ao realojamento. - Como é viver no <i>novo bairro</i> . - Que implicações veio trazer ao nível das relações interpessoais. - Alterações de rotina. - Estratégias de adaptação

Nota: Neste guião estão apenas contempladas questões que serviram de base para a exploração das diferentes áreas temáticas. Desta forma, devemos salientar que ao longo das entrevistas emergiram muitas outras questões aqui não contempladas.

Anexo 2. Fotografias do Bairro de Lordelo do Ouro



Anexo 3. Fotografias de locais de passagem onde desenvolvemos contactos





Anexo 4. Caracterização sociodemográfica dos atores

Idade	Escolaridade	Estado civil	Filhos	Situação Laboral	Naturalidade	Residência anterior ao Aleixo	Anos que habitaram no Aleixo
19	12º ano	Solteiro	0	Desempregado	Porto	*	15
28	5º ano	Casado	2	Desempregado	Porto	*	24
38	9ºano	Casado	2	Empregado	Porto	Bairro do Viso	15
40	9ºano	Solteiro	0	Empregado	Porto	Ribeira-Barredo	30
56	4º ano	Casado	6	Desempregado	Porto	Ramalde	36
64	4ºano	Viúvo	4	Reformado	Porto	Porto centro	34

*Não aplicável

Anexo 5. Grelha de análise de conteúdo respeitante às categorias que emergiram das entrevistas com os atores.

Categorias	Subcategorias
Ficha do ator	
Bairro Social	Significados
	Reação Social
Experiência de ser morador do Aleixo	Viver o Aleixo
	Ligações ao bairro
	Reação Social
Vivências de Realojamento	Perceção do fenómeno
	Impacto do fenómeno
	Alternativas ao fenómeno
	Experiência de ser morador do <i>novo bairro</i>

1. **Ficha de ator:** Nesta categoria inserem-se todos os elementos que permitam traçar um retrato sociodemográfico dos entrevistados.
2. **Bairro Social:** Nesta categoria inserem-se todos os elementos relativos ao bairro social enquanto tipologia habitacional. A descrição de bairro social, as suas características simbólicas e físicas, o bairro social em confronto com outras tipologias habitacionais. Ainda se incluem nesta categoria as referências que os atores fazem relativas às percepções existentes sobre o bairro, por parte de não moradores.
3. **Experiência de ser morador do Aleixo:** Nesta categoria inserem-se as referências relacionadas com a experiência de viver no Bairro do Aleixo. Nomeadamente, todos os elementos que visam obter um quadro descritivo do Aleixo, tal como percepções dos moradores em relação ao *estado* do bairro, características físicas e estruturais. Para além disso, incluem-se também nesta categoria memórias e vivências descritas, regras de convivalidade, relações no e do Aleixo, rotinas e sentimentos de pertença. Por último, pertencem a esta categoria as referências sobre as percepções dos não moradores acerca de ser morador do Bairro do Aleixo e as suas implicações e consequências.
4. **Vivências de Realojamento:** Nesta categoria cabem todas as referências circundantes à vivência de realojamento, desde os significados atribuídos, sentimentos e pensamentos sobre o processo, mudanças nas rotinas, adaptações e estratégias novas que surgiram com o processo de realojamento. Ainda se incluem nesta categoria os relatos que contrastam a vivência no bairro do Aleixo com a do *novo bairro* e os relatos referentes ao processo (des)contínuo da vivência em bairros, significados e sentimentos advindos da vivência de processos de realojamento. Nesta categoria inserem-se também as referências relacionadas com a experiência de viver no *novo bairro*. Nomeadamente, todos os elementos que visam obter um quadro descritivo do bairro, tal como percepções dos moradores em relação ao estado do bairro, características físicas e estruturais. Para além disso, inclui-se também nesta categoria pensamentos, sentimentos experienciados e significados atribuídos à vivência na nova habitação e no bairro, relações no e do *novo bairro*, rotinas e sentimentos de pertença. Por fim, inserem-se também nesta

categoria as alternativas, soluções e outras formas de fazer reorganização urbanística, apontadas pelos atores.